



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2006**

Brasília – DF

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS HUMANOS

- 1.1 Organograma
- 1.2 Equipe

2 DIRETRIZES E PRIORIDADES

3 INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, ÓRGÃOS DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

- 3.1 Participação em Conselhos, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho
- 3.2 Reuniões na PFDC
- 3.3 Participação em eventos
- 3.4 Audiências concedidas
- 3.5 Parcerias formais e informais

4 COORDENAÇÃO

- 4.1 Grupos de Trabalho
- 4.2 Grupo Interinstitucional - Crise da Aviação Civil

5 REVISÃO (HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

6 EXECUÇÃO

- 6.1 Recebimento e Encaminhamento de Demandas
 - 6.1.1. Denúncias e solicitações presenciais e por telefone
 - 6.1.2. Denúncias e solicitações por meio eletrônico
- 6.2 Recomendações

7 ASSESSORIA: RELATÓRIOS SETORIAIS

- 7.1 Secretaria do Gabinete - GAB
- 7.2 Assessoria Administrativa - AA
- 7.3 Assessoria de Documentação, Informação e Divulgação - ADID
- 7.4 Assessoria Multidisciplinar - AM

8 AVALIAÇÃO

ANEXOS

- I. RESOLUÇÕES DO XII ENCONTRO NACIONAL
- II. RELAÇÃO DE PROCURADORES REGIONAIS DOS DIREITOS DO CIDADÃO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO
- III. RELAÇÃO DE TEMAS DE ATUAÇÃO (DIREITOS)
- IV. PORTARIA Nº 012/2006-PFDC/MPF, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades apresenta uma síntese da atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão de coordenação e revisão dos ofícios dos Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, em conformidade com os artigos 11 a 16, 39 a 42 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

As atividades desenvolvidas no ano de 2006 foram norteadas pelas diretrizes e prioridades definidas nos Encontros Nacionais dos Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão e, também, visaram a responder às demandas dirigidas à PFDC, igualmente relevantes ao cumprimento das responsabilidades institucionais e relacionadas às situações conjunturais de destaque no cenário nacional.

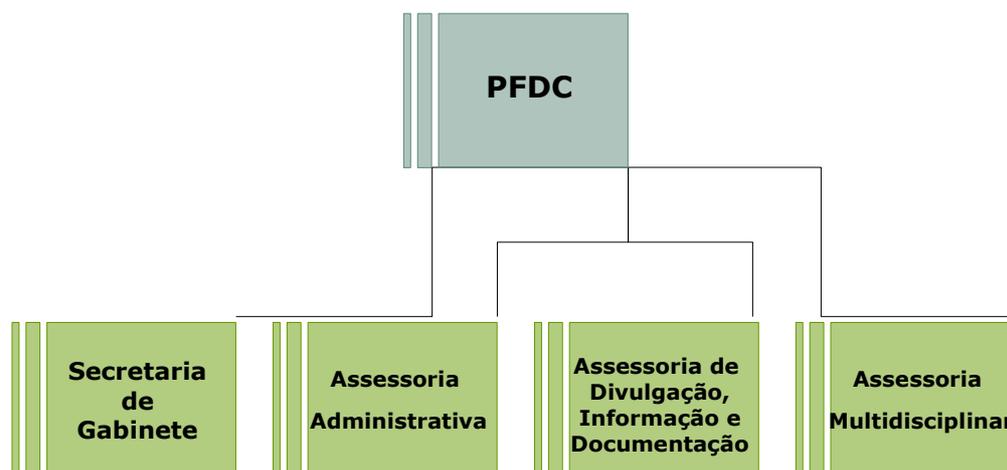
O rol de atividades abrange o período de janeiro a dezembro de 2006 e atende à Resolução nº 1, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF). Os relatórios anuais da PFDC não representam a totalidade da atuação dos Procuradores/as Regionais dos Direitos do Cidadão e Procuradores/as dos Direitos do Cidadão, embora reflitam as atividades que puderam ser desenvolvidas em conjunto, seja no âmbito dos Grupos de Trabalhos, seja em outros modos e oportunidades de atuação coordenada.

Este Relatório traz, ao final, uma primeira tentativa de avaliação do conjunto de atividades desenvolvidas, à luz dos registros quantitativos e, na medida do possível, de alguns aspectos qualitativos que as distinguem e caracterizam.

ELA WIECKO V. DE CASTILHO
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS HUMANOS

1.1 ORGANOGRAMA



1.2 EQUIPE

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Subprocuradora-Geral da República

Mandato de dois anos iniciado em 06 de maio de 2004, com recondução em 06/05/2006.

Substituições

- Sandra Verônica Cureau, Subprocuradora-Geral da República, no período de 02 a 19 de Julho de 2006.
- Gilda Pereira de Carvalho, Subprocuradora-Geral da República, no período de 20 a 31 de Julho de 2006.
- Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República, no período de 26 de setembro a 25 de outubro de 2006.

Quadro de Servidores

Setores	Técnicos	Analistas	Servidores Cedidos	Auxiliares Terceirizados	Assessores sem Vínculo	Estagiários	Total
GAB	02		01			05*	08
AA	07*		02	05		03	17*
ADID	03				01	10*	14*
AM	04	05**	02	01	01		13
Total	16	05	05	06	02	18*	52

*Considere-se número menor, dadas as substituições no decorrer do ano, conforme relação abaixo.

** 02 periciais, 01 processual, 01 assistente social, 01 controle interno.

Secretaria do Gabinete – GAB

Maria Hildenora de Souza Torres - Técnico Administrativo

Iza Paula Leandro Viana - Técnico Administrativo

Ailza Rodrigues Pinto - Datilógrafa (cedida pelo INSS)

Laura Cunha de Alencar - Estagiária de Direito (até agosto)

Fabíola Rosa Maia - Estagiária de Letras (a partir de maio)

Karina Braga Lima – Estagiária de Administração (a partir de dezembro)

Mariana Lima do Nascimento - Estagiária de Pedagogia (até outubro)

Isabelle Luiza Moreira Lopes - Estagiária de nível médio (até maio)

Assessoria Administrativa – AA

Getúlio Viturino da Silva - Técnico Administrativo cedido pelo GEIPOT/MT

Sheila Neves de Oliveira - Técnico Administrativo

Mônica Malecha Sgarbosa - Administradora cedida pelo Ministério da Fazenda

Mário Cabral de Abreu - Técnico Administrativo (a partir de agosto)

Carmem Conceição de A. Medeiros - Técnico Administrativo (até maio)

José Cardoso Lopes - Técnico Administrativo (até maio)

Alexander Pereira - Técnico Administrativo (até junho)

Jacielle Cristhine S. Gomes - Técnico Administrativo (de agosto a outubro)

Bruno Cruz Pinheiro - Técnico Administrativo (a partir de novembro)

Fernanda Neves Hardman - Estagiária de Publicidade e Propaganda

Jander de Oliveira Medeiros Frias - Estagiário de Administração

Marina de Vasconcelos Padrão Costa - Estagiária de Publicidade e Propaganda
Carlos Alberto Coelho Moura - Auxiliar Serv. Gerais - Terceirizado (até agosto)
Claudete Mota dos Santos - Auxiliar Serv. Gerais - Terceirizada (até dezembro)
Almir Pires de Oliveira - Auxiliar de Serv. Gerais - Terceirizado (até novembro)
Manoel F. B. Carvalho - Aux. Serv. Gerais - Terceirizado (a partir de agosto)
Edlene P. da Silva - Aux. Serv. Gerais - Terceirizada (a partir de dezembro)

Assessoria de Documentação, Informação e Divulgação – ADID

Helena Lúcia Cochlar da Silva Araújo - Publicitária e Jornalista (sem vínculo)
Marlene Maria Lima de Miranda - Técnico Administrativo
Valéria Maria Alves do Nascimento - Técnico Administrativo
Rildo Brito Costa - Técnico Administrativo (até outubro)
Juliana Silva e Sousa - Estagiária de Biblioteconomia (a partir de dezembro)
Frederico M. de Oliveira Ribeiro - Estagiário de Biblioteconomia (até Junho)
Marlon Lúcio da Silva de Souza - Estagiário de Sistema Web (até maio)
Gabriel Bello - Estagiário de Informática
Gabriel Nunes Oliveira - Estagiário de Desenvolvimento/Web
Isabel Heringer - Estagiária de Jornalismo
Mariana Fernandes - Estagiária de Jornalismo
Miriam Beatriz Balen de Carvalho - Estagiária de Letras
Roberta Rodrigues Moreira dos Santos - Estagiária de Jornalismo (até abril)
Sílvia Urmila - Estagiária de Jornalismo

Assessoria Multidisciplinar – AM

Alcilaine da Silva Pereira - Auxiliar de Serviços Gerais - Terceirizada
Célia Maria Lopes Tosta - Técnico Administrativo (a partir de maio)
Cláudio Dias de Almeida - Analista Processual
Eduardo Alexandre Zaratz V. da Cunha - Técnico Administrativo
Emília Uihôa Botelho - Analista Pericial em Antropologia
Fernando Luís S. Correa - Analista Judiciário cedido pelo STJ (até dezembro)
Flozilene de Souza Oliveira - Técnico Administrativo
Jorge Bruno Sales de Souza - Analista Pericial em Antropologia
Mariela Villas Bôas Dias - Bacharel em Direito (sem vínculo)

Mércia Beatriz Miranda - Administradora cedida pela RADIOBRÁS

Rossana Maria do Amaral Barros - Analista de Controle Interno

Patrícia Cristina Alves Campanatti - Analista de Saúde/Serviço Social (a partir de dezembro)

Wilson Veleci da Silva - Técnico Administrativo (A partir de setembro)

Obs.: A equipe incorpora dois assessores de Gabinete de Subprocuradora-Geral e três servidores.

2 DIRETRIZES E PRIORIDADES

No X Encontro Nacional dos Procuradores dos Direitos do Cidadão, realizado no início do mandato, em 17 e 18 de Agosto de 2004, foram definidas as prioridades de atuação da PFDC e formados os Grupos de Trabalho correspondentes. Os participantes do X ENPDC deliberaram sobre o ofício da PFDC e dos/as PDC (do ponto de vista material e quanto aos aspectos formais¹) e sobre prioridades e metas, recomendando a definição anual dessas também no âmbito estadual. Esse trabalho partiu de um exercício de realização de diagnósticos das atuações dos/as Procuradores/as Regionais dos Direitos do Cidadão – PRDC e dos Procuradores da República nos Municípios – PRM representados no Encontro, partindo-se, desse modo, de definições fundamentais para a formulação das metas e das prioridades, assim como para a execução, em bases acordadas, da Coordenação e da Revisão.

Nos dois Encontros Nacionais seguintes, realizados sempre em agosto, os participantes debateram os temas e relatórios apresentados pelos GT, aprovaram a continuidade e aprimoraram critérios de funcionamento dos mesmos e, ainda, ampliaram as prioridades. Foram também aprovadas

¹ O Ofício do PDC do ponto de vista material: Resolução nº 1 – Do objeto de atuação da PFDC; Resolução nº 2: Âmbito de atuação do/a PDC; Resolução nº 3 - Interfaces com outros ofícios; Resolução nº 4 - O Papel dos/as PRDC e da PFDC. O Ofício da PDC do ponto de vista formal: Resolução nº 5 – Arquivamento pela PFDC. Resolução nº 6 – Atuação e encaminhamento; Resolução nº 7 - Termo de Ajustamento de Conduta e homologação de seu conteúdo pela PFDC; Resolução nº 8 – TAC e Arquivamento. Resolução nº 9 – Recomendação e Arquivamento; Resolução nº 10 – Recomendação e Publicação; Resolução nº 11: Declinação e arquivamento; Resolução nº 12: Estrutura das PRDC e PRM. O Ofício quanto a Prioridades e Metas para o período de agosto/2004 a agosto/2005: Temas Priorizados, Metodologia de Trabalho, Procedimentos (Grupo de Trabalho para objetivo de propor minuta de anteprojeto de portaria para os fins do art. 16 c/c art. 276 da LC 75/93 – Resolução 15), Prioridades e Metas Estaduais.

resoluções sobre outros temas e questões pautadas, de alcance e interesse nacional.

Em 2006, o ENPDC reafirmou os temas prioritários dos Encontros anteriores e acrescentou o Direito a Previdência Social, aprovando a formação de mais um Grupo de Trabalho. Os oito Grupos de Trabalho em atividade, referentes aos temas priorizados são: Alimentação Adequada, Comunicação Social, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Educação, Inclusão para Pessoas com Deficiência, Saúde, Segurança Pública, Previdência e Assistência Social.

Com o entendimento de que a atuação pró-ativa é estratégia eficaz na defesa dos Direitos do Cidadão, a PFDC acompanhou, como membro integrante ou como ouvinte, as ações das principais instituições ligadas aos Direitos Humanos, orientou gestores e legisladores, interagiu com organismos internacionais, firmou parcerias e participou de eventos promovidos pela sociedade civil e pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No exame das questões que lhe são submetidas, inclusive na formação da equipe, a PFDC tem sempre presente a necessidade de garantir a equidade de gênero e raça e outras especificidades. Na composição de Grupos de Trabalho e nas indicações para participação em comissões e eventos, procura também assegurar representatividade por região geográfica e experiência.

3 INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

As atividades de interação são fundamentais para o exercício das funções de Coordenação e Revisão, relatadas nos itens subseqüentes. Ao exercê-las, a PFDC participa dos espaços de diálogo e intercâmbio com a sociedade civil, demais instituições do Estado e organismos internacionais, fortalecendo o necessário conhecimento das demandas sociais referentes a seu ofício e das

ações ou respostas correspondentes, oriundas dos poderes públicos. Essas atividades favorecem, igualmente, a transparência institucional, pois significam oportunidades de acesso, pelos cidadãos e por diferentes setores organizados e representativos da sociedade e de órgãos governamentais à informação qualificada sobre as atribuições e as linhas de atuação institucionais. Por tudo isso, com tais atividades aqui denominadas de Interação a PFDC comunica, por um lado, seu trabalho e a missão do MPF, e, por outro, colhe subsídios que contribuem significativamente para as ações de Coordenação e Revisão, os quais são, ainda, compartilhados com os Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão e com os demais membros do MPF.

Isto é feito por meio de diferentes procedimentos, entre os quais a comunicação por ofícios, mensagens e boletins, a divulgação de documentos, programações e relatórios no sítio eletrônico, as proposições de pauta do Encontro Nacional e de reuniões de trabalho, o estímulo à participação dos/as PDC nos eventos locais, regionais e nacionais e a designação de representantes para a participação em Conselhos e Comissões de que participa a PFDC, seja como titular ou na qualidade de observadora.

Quando não é possível a participação da Titular ou de outros Membros, designados para representá-la, a PFDC determina a presença e o acompanhamento por parte da Assessoria Multidisciplinar, que a mantém a par das pautas e atividades por meio dos relatórios.

3.1 PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS, COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH

(Membro titular)

Reuniões Ordinárias : 9

Comissões Especiais do CDDPH

Comissão Especial instituída pela Resolução 12/2005, com o objetivo de estabelecer **metodologia interinstitucional de trabalho para acompanhamento e apuração de denúncias de violação do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA**. Designado Paulo Gilberto Cogo Leivas – PRR/4ª Região.

Além das reuniões, houve 01 Seminário em Imperatriz/MA, em virtude do surto de beribéri no Estado, e 01 Audiência com o Ministro da SEDH.

Comissão Especial com o objetivo de apurar denúncias de graves **violações aos direitos humanos e descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente** durante a transferência e internação de adolescentes na Penitenciária de Tupi Paulista, no Estado de São Paulo. Designada Paula Bajer Fernandes M. da Costa – PRR/3ª Região.

Comissão Especial instituída com o objetivo de apurar denúncias de **violações de direitos humanos perpetradas por policiais civis e militares na região conhecida como “Entorno do DF”**, no Estado de Goiás. (Resoluções Nº 38/2003, 41, de 18/09/03, Nº 27, de 25/06/03)

Comissão Especial com o objetivo de apurar violações a direitos humanos acerca dos fatos vinculados a operação de **Reintegração de Posse**, que resultou em vítimas fatais e inúmeros feridos, realizada por Policiais Militares, no **Parque Oeste Industrial em Goiânia**, Goiás, em fevereiro de 2005.

Comissão Especial criada pela Resolução Nº 07, de 20/04/2005, para tratar de denúncias da **Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco**. Designada Paula Bajer Fernandes M. Da Costa, PR/SP.

Comissão Especial formada com o objetivo de conhecer e analisar os **desdobramentos do assassinato do Prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos**, por meio da Portaria 40/04/2005 – CDDPH/SEDH. Designada, em 12/12/05, Ryanna Pala Veras, PRM/Santo André, em substituição ao representante designado em 05/2006, Paulo Roberto Galvão de Carvalho, PRM/Campinas.

Comissão Especial instituída pela Resolução nº 02, de 31/01/06, com o objetivo de analisar o **Anteprojeto de Lei da Escuta Telefônica**.

Comissão Especial criada pela Resolução nº 03, de 31/01/06, para apuração das denúncias de **violações às liberdades individuais dos jornalistas em exercício profissional na Rede Gazeta-ES.**

Comissão Especial instituída pela Resolução 04, de 31/01/06, para apurar e acompanhar a **situação das famílias que ocupam área urbana - Assentamento Pinheirinho** – em São José dos Campos/SP.

Comissão Especial constituída para proceder ao levantamento das **execuções sumárias praticadas na Baixada Fluminense.** (Resoluções 8, de 31/01/06, 12, de 21/02/06, restabelecidas pela Resolução 30, de 17/10/06).

Comissão Especial instituída pela Resolução nº 16, de 31/03/06, com o objetivo de proceder à apuração de **violações de direitos humanos no sistema carcerário do estado do Espírito Santo.** Designados Franklin Rodrigues da Costa e Luciana Loureiro Oliveira, PRDC/ES.

Comissão Especial constituída com a finalidade de apurar denúncias encaminhadas pela Associação de Vítimas do **Césio 137** e pelo Ministério Público de Goiás, relacionadas ao grave incidente que resultou em contaminação e morte de diversas pessoas, em Goiânia/GO, em 1987.

Comissão Especial nº 19, de 27/04/06, instituída para verificar a situação em que se encontram os **índios presos pela morte de dois policiais no município de Dourados/MS.** Designados Blal Yassine Dalloul, PR/MS e Mauro Cichowski dos Santos, PRDC/MS.

Comissão Especial criada pelas Resoluções nº 18/05 e 28, de 17/10/06, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de apuração de denúncias da **atuação de "grupos de extermínio" no Estado do Ceará.** Designado para representar a PFDC Wellington Bonfim, PRDC/PI.

Comissão Especial instituída pela Resolução nº 2, de 30/05/06, e restituída pela Resolução 29, de 17/10/06, para acompanhar as apurações dos **homicídios cometidos contra bombeiros, policiais militares, civis etc., envolvendo o sistema prisional do Estado de São Paulo.**

Comissão Especial instituída com os objetivos de acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de **violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País,** realizando um levantamento empírico desses casos e apresentar sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas. (Resoluções nº 15, de 31.03.06 e 26, de 15.08.06).

Designados João Akira Omoto, PR no Município de Londrina/PR, e Maria Luiza Graebner, PRR/3ª Região.

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE (Observadora)

Reuniões: 8

Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD

A partir de junho de 2006, o MPF passou a ser representado no Conselho pela Subprocuradora-Geral Deborah M. Duprat de B. Pereira e, como suplente, o PRDC/SP Sérgio Gardenghi Suiama.

Conselho Nacional de Educação

Designados Peterson de Paula Pereira, PR/DF e Carlos Henrique Martins Lima, PR/DF.

Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Instituído pelo Decreto Nº 3.518/00. Representa a PFDC Lívia Nascimento Tinôco, PR/DF.

Reuniões: 6

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE

(Membro Suplente, a partir de 21/12/2004. Titular: Subprocurador-Geral da República Francisco Dias Teixeira)

Reuniões: 7 (Na reunião do dia 28/03/2006, em Cuiabá, sobre plano de ação para prevenir o trabalho escravo no Estado do Mato Grosso, a PFDC foi representada pelo PRDC substituto, Mário Lúcio de Avelar)

Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – CNDST/AIDS

Designado Peterson de Paula Pereira, PR/DF.

Comissão sobre o Sistema de Orçamento Público em Saúde - SIOPS

A Comissão discute tema trabalhado no âmbito do GT Saúde, da PFDC, sobre a relação entre o mínimo orçamentário para a saúde (EC 29) e a garantia do direito a saúde. Participação do PRR /1ª Região Oswaldo Barbosa.

Reuniões: 2

Comissão para Elaboração da Política de Gestão Tecnológica no SUS

Comissão do Ministério da Saúde, que discute política de medicamentos, tema pautado pelo GT Saúde, da PFDC. Participam o PRDC/SE Ramiro Rockenbach da Silva e a PR/RS Ana Paula Carvalho de Medeiros.

Reuniões: 2

Comissão Interministerial de Combate a Hanseníase

(Observadora). Criada pela Portaria Nº 120 da SEDH, de 25 de Agosto de 2006.

Reuniões: 4

Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Direitos Humanos

Reuniões: 6

Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Formado com o objetivo de promover o fortalecimento dos direitos humanos na política externa brasileira, a participação cidadã e o controle social, por meio de mecanismos de diálogo entre os poderes do Estado e a sociedade civil.

Reuniões: 3

Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura – CNPCT

Criado com o objetivo de estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho e fomentar o comprometimento dos Estados da Federação no combate à tortura. Representam o MPF no Comitê a PFDC e o PRR/1ª Região, Paulo Vasconcelos Jacobina.

Reuniões: 2

Coordenação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – CPNDDH, SEDH

Reuniões: 9 (Dessas, 5 reuniões foram realizadas com a Casa Civil para consolidação do Decreto 6.044/2007, que criou a Política Nacional de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos)

Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP (Observadora)

GT Instituído pelo Decreto 5948/2006, que cria o PNETP.

Reuniões: 15 (e ainda 1 Seminário e 6 Audiências Públicas nos Estados)

Grupo de Trabalho sobre Conflitos Fundiários Urbanos do Conselho das Cidades

Criado pela Resolução Administrativa Nº 01, de 30 de agosto de 2006, Ministério das Cidades, com o objetivo de elaborar proposta de prevenção de conflitos fundiários urbanos, construir metodologia de mediação de conflitos, discutir legislação, acompanhar e monitorar os casos.

Grupo Técnico de Acompanhamento de Assessoramento da Coordenação Geral de Transplantes

Designadas Rose Santa Rosa, PR/SP, e Lisiane Cristina Braecher, PR/RJ.

Grupo de Trabalho – Classificação Indicativa

Instituído para subsidiar a regulamentação da classificação indicativa da programação de televisão. Designados Fernando de Almeida Martins, PRDC substituto, PR/MG, e Márcia Morgado Miranda Weinchenker, PRDC/RJ.

Subcomissão Temática de Enfrentamento à Pedofilia e à Pornografia Infantil na Internet - SEDH

Designado Sérgio Gardenghi Suiama, PRDC/SP.

3.2 REUNIÕES NA PFDC

Alimentação Adequada

Reunião com a diretora e coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do FNDE/MEC. Representação da Associação dos Celíacos do Brasil – ACELBRA, referente a alimentação escolar e necessidades das crianças com doença celíaca (intolerância a glúten), 17 de Abril de 2006.

Igualdade Racial e de Gênero

Reunião com representantes da SEPIR para tratar do Projeto Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial, 11 de abril de 2006.

Reunião com Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres sobre Tráfico de Pessoas, Asscom, 20 de junho de 2006.

Reunião preparatória da Audiência Pública sobre Distorção na Distribuição de Cargos de Direção e Assessoramento Superior na Administração Pública Federal, 13 de dezembro de 2006.

Liberdade de Religião e de Culto

Reunião com o Ouvidor da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, sobre sacrifício de animais nas religiões de matriz africana no Brasil, 28 de novembro de 2006.

Liberdade de Trabalho/Redução a Condição Análoga à Escravidão

Reunião com a equipe de auditoria e avaliação do Projeto OIT de Combate ao Trabalho Escravo, 30 de maio de 2006.

Segurança

Reunião sobre casos do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal (SPDE/DPF), 01 de agosto de 2006.

3.3 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Alimentação Adequada

- V Encontro Nacional do FBSAN. Participação do PR/AL Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva, 3 e 4 de abril de 2006, Belo Horizonte.
- Oficina Direito Humano à Alimentação: o que a Universidade tem a ver com isso?, realizado pelo Fórum Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, com apoio do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição e do Comitê Nacional do Direito Humano à Alimentação Adequada – COMIDHA, 16 de outubro de 2006, UnB, Brasília.
- I Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde. Organização: Ministério da Saúde, 17 de outubro de 2006.
- 3º Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Alimentação Escolar 2006 – Um Direito Humano, 22 a 24 de novembro de 2006, Brasília.
- Curso Promovendo a Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada. Oficinas de Capacitação em DHAA. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH, 02 oficinas, novembro e dezembro de 2006, Brasília.

Acesso a Justiça/Defensoria Pública

- II Encontro Nacional da Defensoria Pública da União dos Defensores Públicos Chefes, 15 a 19 de maio de 2006, STJ, Brasília.

- Lançamento do Diagnóstico dos Juizados Especiais, 25 de maio de 2006, Ministério da Justiça, Brasília.
- Reunião com a Defensoria Pública da União para tratar dos resultados do Grupo Interministerial, agosto de 2006.
- Lançamento do II Diagnóstico das Defensorias Públicas, Ministério da Justiça, Brasília.

Comunicação Social

- Reunião do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal em 17/04/2006, na qual se discutiu a convergência tecnológica nas telecomunicações, 17 de abril de 2006, Senado Federal, Brasília.
- Audiência Pública TV Digital e o Modelo Brasileiro de Radiodifusão, 24 de abril de 2006.
- Seminário Internacional TV Digital: Futuro e Cidadania, Realizado pela Câmara dos Deputados, 16 de maio de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Audiência Pública da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, sobre criminalização das rádios comunitárias. Participação do PRR/4ª Região, Domingos Sávio Dresch Silveira, 24 de maio de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Seminário Nacional sobre Classificação Indicativa, 06 e 07 de julho de 2006, Ministério da Justiça. Brasília.
- Seminário Crimes Cibernéticos, 14 de novembro de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.

Criança e Adolescente

- I Seminário do Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, organizado pela SEDH, 15 a 17 de março de 2006, Brasília-DF.
- Lançamento, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, do 2º Relatório Global sobre Trabalho Infantil “O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”, 04 de maio de 2006, Brasília.
- II Reunião Ordinária do Fórum de Prevenção ao Trabalho Infantil, 06 de junho de 2006.
- Audiência Pública para discutir a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, a partir do Plano Nacional, 07 de junho de 2006, Senado Federal, Brasília.
- Reunião sobre a exploração sexual infanto-juvenil no Estado do Pará, Comissão de Direitos Humanos e Minorias/Câmara dos Deputados, 28 de novembro de 2006, Brasília.
- Seminário Seqüestro Internacional de Crianças, promovido pelo Ministério da Justiça, 04 e 05 de dezembro de 2006, Brasília.

- Audiência Pública para esclarecimento das controvérsias sobre o PL 1300/99, que faz alterações na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Abertura solene da exposição Conquistando Sonhos: As Jovens Faces dos Objetivos do Milênio, 20 de junho de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.

Direitos Culturais

- Seminário sobre a Criação do Livro de Registro de Línguas, promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, 07 a 09 de março de 2006, Brasília.

Educação

- III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 24 e 25 de agosto de 2006, Brasília.

Igualdade de Gênero – Enfrentamento à Violência Doméstica

- Seminário Nacional de Controle Social das Políticas de Saúde para as Mulheres, 14 e 15 de março de 2006, Hotel Nacional, Brasília.
- Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciências, 29 a 31 de março de 2006.
- Acompanhamento da Sanção do Projeto de Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 07 de agosto de 2006, Palácio do Planalto, Brasília.
- I Reunião Intersetorial sobre Mulheres Encarceradas, 16 de outubro de 2006, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e MEC, Brasília.
- II Reunião Intersetorial sobre Mulheres Encarceradas, 23 de outubro de 2006, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e MEC, Brasília.
- Seminário sobre a Lei Maria da Penha, 29 de novembro de 2006, MPDFT, Brasília.

Igualdade Racial - Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação

- Celebração do Dia Internacional de Combate à Homofobia. A PFDC foi representada pela PR/DF Eliana Pires Rocha, 17 de maio de 2006, Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
- Audiência Pública para debater as ações afirmativas para negros/as (Estatuto da Igualdade Racial e o PL 73/99 sobre reserva de vagas nas Universidades), 03 de agosto de 2006, Senado Federal, Brasília.

- Saúde da População Negra: abrindo as portas para o debate do racismo nas Ciências Médicas, 16 e 17 de outubro de 2006, UNICEUB, Brasília.
- Abertura da Comemoração dos 18 Anos da Fundação Cultural Palmares, 06 de novembro de 2006, Fundação Cultural Palmares, Brasília.
- Palestra Racismo a partir de suas Dimensões Simbólicas, 22 de novembro de 2006, Auditório Gepes, Ed. Tancredo Neves, Brasília.

Integridade Física e Psíquica/Combate à tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes

- Solenidade do Dia Internacional de Combate à Tortura, 26 de junho de 2006, Palácio do Planalto, Brasília.
- Seminário sobre o Plano Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil, 03 de outubro de 2006, Auditório do MPDFT, Brasília.

Liberdade de Ir e Vir/Tráfico de Pessoas

- Encontro para discussão do projeto sobre Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho, 21 de fevereiro de 2006, OIT, Brasília.
- Reunião da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, 03 de março de 2006, Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
- Reunião preparatória para a Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas na Venezuela, 03 de março de 2006, Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
- Reunião sobre Tráfico de Pessoas para discutir a Nova Proposta de Projeto da Organização dos Estados Americanos – OEA, 11 de março de 2006, Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
- Oficina de Planejamento no Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas no Âmbito da OIT, 06 e 07 de abril de 2006, Lakeside, Brasília.
- I Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular, organizado pelo Ministério da Administração Interna de Portugal, (Expositora: *Legislação Penal Brasileira sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular frente aos Protocolos Adicionais à Convenção de Palermo*). O evento redundou na assinatura da *Carta de Cascais*, declaração conjunta dos governos português e brasileiro. Foram feitas cinco reuniões preparatórias, 22 a 24 de maio de 2006, Cascais, Portugal.
- Reunião com a Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres sobre Tráfico de Pessoas, 20 de junho de 2006, Asscom, PGR, Brasília.
- Seminário sobre a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Parceria com o Ministério da Justiça, SNJ, DPF, SPM-PR, SEDH-PR e MRE, 28 de junho de 2006, Auditório JK, PGR, Brasília.

- II Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular, Realização em parceria com Secretaria Nacional de Justiça – MJ, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Assinatura da *Carta de Brasília*, declaração conjunta dos governos português e brasileiro. Foram realizadas três reuniões preparatórias, de 27 a 29 de novembro de 2006, Auditório JK, PGR, Brasília.

Liberdade Religiosa e de Culto

- Reunião sobre a Fraternidade Eclética, 18 de agosto de 2006, Superintendência do INCRA, Brasília.

Liberdade de Trabalho/Redução a Condição Análoga à Escravidão

- Reunião estratégica sobre o combate ao trabalho escravo e crimes relacionados em carvoarias do Pará e Maranhão, com a participação de membros do MPF e do MPT e auditores-fiscais do trabalho, 24 e 25 de junho de 2006, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília.
- Seminário sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 09 e 10 de março de 2006, PUCRS, Porto Alegre.
- Reunião para tratar da questão da exploração de trabalho escravo e outros crimes relacionados, praticados no Estado do Pará e Maranhão, Organização da Secretaria de Inspeção e Trabalho, 24 e 25 de abril de 2006, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília.
- Reunião de grupo de trabalho da CONATRAE para tratar de estratégias legislativas, junho de 2006, OIT, Brasília.
- Solenidade de Assinatura do Protocolo de Intenções entre Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Ministério da Educação para o lançamento da cartilha sobre prevenção ao aliciamento e ao trabalho escravo para alfabetizadores, 12 de julho de 2006, MEC, Brasília.
- Reunião de Grupo de Trabalho da CONATRAE para tratar de publicações sobre o tema patrocinadas pela OIT, Agosto de 2006, OIT, Brasília.
- Encontro Nacional dos Agentes Públicos responsáveis pelo Combate ao Trabalho Escravo, 20 a 24 de novembro de 2006, Hotel San Marco, Brasília.
- Entrega do Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2006, promovido pela AJUFE, ANAMATRA, ANPR, ANPT, OIT, 18 de dezembro de 2006, Procuradoria Geral do Trabalho, Brasília.

Migrantes/Direito ao Refúgio e Proteção

- Lançamento do relatório Refúgio no Mundo – Tendências Globais 2005, 09 de junho de 2006, Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Pessoa com Deficiência

- I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 12 a 15 de maio de 2006, Brasília.
- Oficina de Acessibilidade para Transporte Aquaviário de Passageiros, 31 de maio de 2006, INMETRO, Brasília.
- Audiência Pública sobre Pessoas com Deficiência, 07 de junho de 2006, Auditório da TV Câmara, Brasília.
- Posse dos novos conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, CONADE, 19 de junho de 2006, Ministério da Justiça, Brasília.
- Reunião sobre a Proposta do Brasil ao Texto Final da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 24 a 26 de julho de 2006, Câmara Técnica do CONADE, Brasília.
- Seminário Nacional Benefício de Prestação Continuada, o BPC e o Ministério Público: Efetivando os Acordos de Cooperação Técnica, 12 de junho de 2006, Ministério das Cidades, Brasília.
- Reunião sobre Concurso Público, 23 e 24 de outubro de 2006, Câmara Técnica do CONADE, Brasília.
- Audiência Pública sobre a Convenção Internacional para os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, 23 de novembro de 2006, Senado Federal, Brasília.
- Encontro Nacional do Centro de Vida Independente, 04 a 07 de dezembro de 2006, São Paulo.

Previdência Social - Pessoa Idosa - Seguridade Social

- Audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, 11 de abril de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- 2ª Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, 27 de abril de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.

Saúde

- Reunião para discutir o desmonte do "Hospital Dia" do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula, 02 de fevereiro de 2006, Câmara Distrital, Brasília.
- Visita da assessoria ao Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula, em Taguatinga, para apuração de denúncias dos familiares de usuários à CDH da Câmara Distrital, por solicitação desta, 20 de fevereiro de 2006, Brasília.
- Audiência Pública sobre a utilização de cobaias humanas no Amapá,

organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 08 de março de 2006, Senado Federal, Brasília.

- Fórum Saúde e Democracia: uma visão de futuro para o Brasil, (Representando o Procurador-Geral da República), 13 e 14 de março de 2006, CONASS, Rio de Janeiro.
- Lançamento da Política Nacional de Regulação, organizado pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, 15 e 16 de março de 2006, Ministério da Saúde, Brasília.
- Audiência Pública sobre o Código de Saúde, Vigilância Sanitária dos Estabelecimentos de Saúde, 07 de abril de 2006, Brasília.
- Audiência Pública para discutir as políticas públicas para a prevenção das doenças epidemiológicas no Brasil, 11 de abril de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Audiência Pública para discutir aspectos da Saúde Pública Brasileira no que se refere à prevenção, ao diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial, 27 de abril de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Seminário/Consulta Nacional sobre a Iniciativa Mundial em Direção ao Acesso Universal à Prevenção, Tratamento e Assistência ao HIV/AIDS até 2010, promovido pelo Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, abril de 2006, Brasília.
- XXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 19 a 22 de junho de 2006, Centro de Convenções da UFPE, Recife.
- Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Intersectorial para Viabilizar a Constituição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, 12 de julho de 2006, Ministério da Saúde, Brasília.
- Reunião de Trabalho sobre Ética na Pesquisa Qualitativa em Saúde (Discussão da Resolução 196/96), promoção da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, participação da PR/SP Dra. Rose Santa Rosa e da assessoria da PFDC, 28 a 30 de agosto de 2006, Guarujá/SP.
- Seminário sobre Ética na Pesquisa em Seres Humanos, promoção do Ministério da Saúde, 26 de setembro de 2006, Ministério da Saúde, Brasília.
- Seminário promovido pelo STJ sobre a Propriedade Industrial como Instrumento de Desenvolvimento Econômico e Social (patentes de medicamentos), 06 de novembro de 2006, STJ, Brasília.

Segurança

- 40ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas, 01 de fevereiro de 2006, Brasília.
- 41ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, organizado pela

Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas, 22 de março de 2006, Ministério da Justiça, Brasília.

- V Seminário Brasileiro sobre Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, 11 a 13 de setembro de 2006, Hotel San Marco, Brasília.
- II Seminário Anual do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 07 de novembro de 2006, Brasília.

Conferências, Encontros Nacionais de Direitos Humanos

- Seminário de avaliação e planejamento das atividades do Projeto Relatores Nacionais, DhESCA, 09 de fevereiro de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Seminário para Preparação e Organização do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, 23 de março de 2006, CDHM-Câmara dos Deputados, Brasília.
- XIV Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento, Participação, como palestrante. Também participaram a Coordenadora da 6ª CCR, Déborah Duprat, o PRR/4ª Região Paulo Gilberto Cogo Leivas, o PR/AL Rodrigo A. Tenório C. da Silva, Ivana Farina, do Ministério Público de Goiás, e Westei Conde, Promotor de Justiça do MP de Pernambuco, 5 a 7 de abril de 2006, Brasília.
- Reunião para apresentação do Marco das Organizações das Nações Unidas para O Desenvolvimento, 27 de abril de 2006, UNDAF.
- Seminário de Lançamento do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, 31 de abril de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- X Conferência Nacional de Direitos Humanos, 31 de maio a 02 de junho de 2006 e de 29 de junho a 02 de julho de 2006, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Seminário Política Externa e Direitos Humanos no Mercosul, 28 de agosto de 2006, Auditório do Bloco F, PGR, Brasília.
- Cerimônia de abertura do III Encontro Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (representando o Procurador-Geral da República), 31 de agosto de 2006, Florianópolis.
- Congresso Internacional de Educação em Direitos Humanos. Organização da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 11 a 13 de setembro de 2006, SEDH, Brasília.
- Conferência Inter-regional sobre Sistemas de Justiça e Direitos Humanos, 18 a 20 de setembro de 2006, Palácio do Itamaraty, Brasília.
- Reunião do Comitê de Pré-seleção do Prêmio de Direitos Humanos, Categoria Dorothy Stang (Defensores de Direitos Humanos), novembro de 2006, SEDH, Brasília.
- Reunião do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, 04 de dezembro de 2006, CDHM/Câmara dos Deputados, Brasília.

- Solenidade de Entrega do Prêmio Direitos Humanos 2006, 13 de dezembro de 2006, Palácio do Planalto, Brasília.

Eventos do Ministério Público Brasileiro

- VI Encontro Nacional da Câmara Criminal, tema principal "Lavagem de Dinheiro e Cooperação Internacional: Técnicas de Investigação", 09 e 10 de março de 2006, Auditório do CSMPF, Brasília.
- IV Encontro de Levantamento de Requisitos para o desenvolvimento do Sistema Único, 13 e 14 de março de 2006, PRR/1ª Região, Brasília.
- XI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, 23 de março de 2006, Blue Tree, Brasília.
- Ciclo de Estudos sobre o SUS (Módulo I – Financiamento), A PFDC foi representada por Nara Soares Dantas (PR/BA), 31 de março de 2006, Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba.
- III Encontro Nacional da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, (Compondo a mesa de abertura), 25 e 26 de abril de 2006, ESMPU, Brasília.
- II Reunião do Grupo Nacional Promotor de Direitos Humanos-GNPDH/CNPG, 31 de maio de 2006, MPDFT, Brasília.
- Seminário Internacional do MPDFT Justiça Criminal: desafios e perspectivas, (Debatedora), 31 de maio a 02 de junho de 2006, Auditório do MPDFT, Brasília.
- Palestra no Curso de Aperfeiçoamento em Advocacia Estratégica em Direitos Fundamentais, 31 de julho de 2006, PRR 3ª Região, São Paulo.
- II Encontro Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, organizado pela Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA, 3 a 5 de agosto de 2006, Palmas.
- V Curso de Iniciação para Procuradores da República, 21 de setembro de 2006, ESMPU, Brasília.
- Diagnóstico Ministério Público do Trabalho, 20 de novembro de 2006, Auditório da Procuradoria Geral do Trabalho, Brasília.
- Dia Internacional contra a Corrupção, 11 de dezembro de 2006, Auditório JK, PGR, Brasília.

Outros

- Reuniões sobre o II Relatório do Estado Brasileiro ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, 31 de janeiro a 15 de fevereiro de 2006, Palácio do Itamaraty, MRE, Brasília.
- XXVII Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Organizado pelo STJ em conjunto com outras instituições, (Observadora), 28 a 31 de março de 2006, STJ, Brasília.

- Conferência Nacional dos Povos Indígenas, 19 de abril de 2006, Parque da Cidade, Brasília.
- Posse (de Maria das Graças Santos) no Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 12 de junho de 2006, Palácio do Buriti, Brasília.
- Audiência Pública da Comissão de DH da Câmara dos Deputados, Apresentação do II Relatório do Estado Brasileiro ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas sobre o cumprimento dos compromissos do PIDESC, (Expositora), 07 de novembro de 2006, Brasília.

Eventos promovidos pela PFDC

- Celebração do Dia Internacional da Mulher, Palestra da PFDC com o tema Igualdade de gênero: caminho a ser trilhado por mulheres e homens, Evento organizado em conjunto com a Associação dos Servidores, participação do Coordenador da 3ª CCR, Subprocurador-Geral da República Aurélio Veiga Rios, 08 de março de 2006, Auditório JK, PGR, Brasília.
- Oficina de Trabalho Bases Metodológicas para Elaboração de Indicadores de Atuação dos Procuradores dos Direitos do Cidadão, em conjunto com a ESMPU, 26 a 28 de abril de 2006, Auditório da ESMPU, Brasília.
- XII Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão, 14 a 16 de agosto de 2006, Grand Bittar Hotel, Brasília.
- II Semana de Debates sobre Racismo e Desigualdade Racial, 20 a 24 de novembro de 2006, PGR, Brasília.
- Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, Mostra PFDC: A Mulher na Tela do Cinema, 04 a 07 de dezembro de 2006, Auditório JK, PGR, Brasília.

3.4 AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS

- Audiência com a representante da UNICEF Alizan Sullon Vonecil, 02 de março de 2006, PFDC, Brasília.
- Audiência concedida aos integrantes de Missão do Banco Mundial – BIRD, no Brasil para avaliação do programa Bolsa Família. Além desta audiência, os consultores do Banco Mundial reuniram-se com outros órgãos públicos. Participaram da reunião, além dos integrantes da Missão, representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e do IPEA, 25 de Abril de 2006, Brasília.
- Audiência com Ouvidor da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, representantes das religiões de matriz africana no Distrito Federal, o PRDC/GO, Goethe Odilon Freitas de Abreu, e a PRDC/DF, Eliana Pires Rocha, sobre casos de intolerância

religiosa ocorridos no Distrito Federal, 16 de junho de 2006, PFDC, Brasília.

- Visita da Sra. Indira Rana Magar, da organização Prisoners Assistance do Nepal, 09 de julho de 2006, PFDC, Brasília.

3.5 PARCERIAS FORMAIS E INFORMAIS

- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Plataforma DhESC Brasil (atividades conjuntas voltadas para o direito ao trabalho, a alimentação e a moradia adequadas, a terra urbana, a saúde, a educação etc).
- Departamento Internacional de Desenvolvimento – Brasil (DFID), Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, envolvendo o PNUD e OPAS, Banco Mundial e BIRD, visando desenvolver uma abordagem à redução da pobreza na América Latina e no Caribe.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República e Movimento Nacional dos Direitos Humanos (Projeto Todos contra a Tortura. Realização de Oficinas sobre Trabalho Escravo em várias capitais brasileiras. Comitê de premiação - Prêmio DH).
- Organização Internacional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho (relativamente ao trabalho escravo).
- Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT (comunicados e relatórios de fiscalização dos grupos móveis para averiguação de denúncias sobre a prática de trabalho escravo, bem como a adoção de medidas tendentes, no âmbito das Unidades do MPF nos estados e municípios, a apurar as irregularidades detectadas).
- Conselho Federal de Psicologia - elaboração de pareceres
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (envio, pela referida Comissão, de denúncias e outros expedientes acerca de questões de direitos humanos, para análise e providências tendentes a adoção de medidas que preservem questões relacionadas aos direitos humanos).
- Escola Superior do MPU.
- Ação Brasileira para a Nutrição e Direitos Humanos – Abrandh.
- Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, Departamento de Polícia Federal – DPF, Polícia Rodoviária Federal; Ministério das Relações Exteriores – MRE; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; OIT; UNODC e Organizações não Governamentais, parceria na atuação relacionada ao tema Tráfico de Pessoas.

4 COORDENAÇÃO

4.1 Grupos de Trabalho

Objetivo Geral

Debater e propor as metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão em todo o País.

GT ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Portarias

Instituído pela Portaria N.º 001/2004-PFDC/MPF, de 8 de setembro de 2004. O XII ENPDC aprovou a continuidade do GT até 30 de setembro de 2007, conforme Portaria 006/2006, de 25 de setembro de 2006.

Enfoques

Atuar pela universalização do acesso aos principais programas federais, com atenção aos grupos e populações vulneráveis. Acompanhamento e fiscalização dos Programas Bolsa Família e PNAE, com atenção a qualidade da alimentação e aos critérios de inclusão. Em 2006 houve especial consideração do GT e do representante do MPF na Comissão Especial criada pela Resolução Nº 12 de 2005 no sentido de propor formas de evitar que a suspensão de repasse de recursos federais para a alimentação escolar afete o fornecimento de alimentação às crianças e adolescentes da rede pública em todo o país.

Atividades - 2006

- Sugestão de atuação: Elaboração e sugestão de modelo de ofício com quesitos sobre o PNAE e o PBF.
- Reuniões Ordinárias: 2
- Reuniões com Órgãos do poder Executivo: 1 (No dia 21/07/2006, reunião com técnicos do PNAE e da CGU. Assunto: procedimentos interinstitucionais para evitar prejuízo ao fornecimento regular da alimentação escolar nos casos de suspensão do repasse dos recursos federais do PNAE)
- Ofícios Expedidos : 4

Plano de Trabalho para 2007

- Acompanhamento da utilização das sugestões de atuação do GT (orientações do Manual e modelos de ofício sobre PNAE e PBF).
- Estudo e proposição de indicadores de avaliação da atuação do MPF na matéria.
- Inclusão na pauta do GT da questão do acesso a água.
- Elaboração de Manual sobre o PNAE.

- Apoiar a viabilização de uma Rede de Atuação Interinstitucional do Ministério Público Brasileiro pelo Direito Humano a Alimentação Adequada.

Composição

Titulares

Duciran Van Marsen Farena - PRDC/PB
Paulo Gilberto Cogo Leivas - PRR/4ª Região
Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva - PR/AL

Suplentes

José Lucas Perroni Kalil - PRDC/AC
Fernando Martins de Almeida - PR/MG (PRDC – substituto)

Representantes de Câmaras de Coordenação e Revisão

3ª CCR: Duciran Van Marsen Farena - PRDC/PB
4ª CCR: Jefferson Aparecido Dias - PRM/Marília-SP
5ª CCR: Marlon Alberto Weichert - PRR/3ª Região

Colaboradores

Alexandra Beurlen – Promotora de Justiça do Estado de Alagoas
Wellington Divino Marques - PRDC/DF

Assistência: Emília Uihôa Botelho.

GT COMUNICAÇÃO SOCIAL

Portarias

Instituído pela Portaria Nº 02/2004-PFDC/MPF, de 14 de setembro de 2004. O XII ENPDC aprovou sua continuidade até 30 de setembro de 2007, conforme Portaria Nº 007/2006, de 25 de setembro de 2006.

Enfoques

Programação televisiva voltada à criança e ao adolescente e no procedimento de autorização para novas rádios comunitárias (agosto/2004 a agosto/2005). Implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (agosto/2006 a agosto/2007)

Atividades - 2006

- Reuniões internas: 7
- Reuniões com órgãos governamentais e representantes da sociedade civil: 4
- Eventos:
 - Seminário Nacional “Controle Social da Programação Televisiva”. Promovido em parceria com a CDHM-Câmara dos Deputados.
 - Apoio a realização do Encontro Nacional de Direitos Humanos que teve por tema central o direito à comunicação.
 - Participação no Grupo de Trabalho sobre Classificação Indicativa, da Secretaria Nacional de Justiça-MJ (Fernando Martins e Márcia Weinschenker).

- 50 CD-ROM com doutrina, legislação e jurisprudência relativa ao controle da programação televisiva distribuídos durante o Seminário Nacional.
- Audiências Públicas – 2 (Rio de Janeiro e Rio Branco).
- TAC propostos – 3 (com o Conselho Federal de Psicologia, o DJCTQ-MJ e a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações).
- Documentos e Procedimentos encaminhados pela PFDC para conhecimento e eventuais sugestões: 12 documentos e 10 PA.

Composição

Titulares

Fernando Almeida Martins – PR/MG

Márcia Morgado Miranda Weinschenker – PR/RJ

Sérgio Gardenghi Suiama – PR/SP

Suplentes

Domingos Sávio Dresch Silveira – PRR/4ª Região

Marcus Vinicius Aguiar Macedo – PR/AC

Assistência: Jorge Bruno Sales Souza

GT EDUCAÇÃO

Portarias

Instituído pela Portaria Nº 007/2005-PFDC/MPF, de 18 de outubro de 2005. O XII ENPDC aprovou a continuidade do GT até 30 de setembro de 2007, conforme Portaria Nº 009/2006, de 25 de setembro de 2006.

Enfoques

Financiamento mínimo constitucional, educação inclusiva e ações afirmativas, entre outras questões.

Foram detalhados os seguintes temas: Acompanhamento da Emenda Constitucional do FUNDEB; Acompanhamento da participação do Ministério Público Federal como observador no Conselho Nacional de Educação – CNE, fazendo contato com os membros indicados pela PFDC; Acompanhamento das ações do MEC e das SEC da implantação das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História da África e Cultura Indígena nas escolas; Acompanhamento das ações do MEC e das SEC na capacitação dos professores para ministrarem as disciplinas Filosofia, Sociologia, História da África e Cultura Indígena; Acompanhamento das ações do MEC e as SEC na capacitação de professores em educação inclusiva, LIBRAS e BRAILLE, em conjunto com o GT Inclusão; Acompanhamento da implantação e aplicação das cotas nas Universidades - FIES, PRO-UNI; Avaliação das condicionalidades do Programa Bolsa Família na Educação em conjunto com o GT Alimentação; Acompanhamento das ações do MEC e das SEC na implantação do Programa de Educação Ambiental no ensino fundamental; Exame da situação nacional quanto aos exames de admissão ao ensino infantil, fundamental e médio, aplicados pelas escolas - “vestibulinhos”.

Atividades – 2006

- Reuniões ordinárias: 1
- Outras reuniões e participação em eventos sobre o tema: 02 (Na reunião sobre o acesso a Educação a Distância, em 03/08/2006, representou a PFDC Mariane Guimarães. No Fórum Estadual de Educação Especial no Espírito Santo, em 25/10/2006, Luciana Loureiro Oliveira).
- PA e outros documentos encaminhados pela PFDC ao GT para análise e/ou conhecimento: 20

Composição

Titulares

Enrico Rodrigues de Freitas - PRM Passo Fundo/RS

Mariane Guimarães de Mello Oliveira - PR/GO (PRDC Substituta)

Luciana Loureiro Oliveira - PRDC/ES

Suplente

Roberto Luis Oppermann Thomé - PRR/4ª Região

Colaboradores

Sidney Pessoa Madruga da Silva - PRDC/BA

Peterson de Paula Pereira - PR/DF

Assistência ao GT: Célia Maria Lopes Tosta

GT INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Portarias

Instituído pela Portaria Nº 001/2005-PFDC/MPF, de 03 de fevereiro de 2005. O XII ENPDC aprovou a continuidade do GT até 30 de setembro de 2007, conforme Portaria Nº 006/2006, de 25 de setembro de 2006.

Enfoques

Acompanhamento da implementação do Decreto de acessibilidade nº 5.296/04, além dos temas: educação; reserva de vagas em concurso público; flexibilização de correção de provas em concursos públicos e vestibulares; passe livre; transporte; cão-guia; reabilitação; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Lei de Libras; consulta pública sobre o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico; Resolução n. 02, de 25 janeiro de 2005, do Superior Tribunal de Justiça – Dar prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência, desde que a causa em juízo tenha vínculo com a própria deficiência, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº. 7853, de 24 de outubro de 1989.

Atividades - 2006

- Ofícios (Decreto 5.296/04) e outros assuntos: 23
- Ofícios Recebidos dos PRDC (resposta a consulta do GT): 16
- Procedimentos Administrativos para ciência: 49
- Reuniões realizadas com outros órgãos: 8 (Secretaria de Recursos Humanos do MPF; Agência Nacional de Telecomunicações; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento; Secretaria de Orçamento Federal e da Secretaria do

Planejamento e Investimento Estratégico do MPOG; Departamento do Governo Eletrônico/MPOG e ONG Acesso Brasil; Federação Brasileira dos Bancos; Agência Nacional de Telecomunicações e Federação Nacional dos Surdos)

- Eventos: 1 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 12 a 15 de maio de 2006, Brasília. (Participação: Cláudio Drewes, PR/GO)
- Publicação: Lançamento do Manual de Atuação - MPF/PFDC Inclusão de Pessoas com Deficiência

Metas para 2007

Continuação das atividades tendo em vista os desdobramentos que se deram na implementação do Decreto de Acessibilidade, atualização do Manual de Atuação, realização da Oficina de Trabalho sobre Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência, com a finalidade de debater o tema educação inclusiva e a convivência com as escolas especiais, envolvendo a participação dos membros do Ministério Público Federal e os Promotores de Justiça que atuam diariamente com a temática, desde a educação infantil até o terceiro grau e pós-graduação.

Composição

Titulares

Cláudio Drewes José de Siqueira - PR/GO

Ricardo Magalhães de Mendonça - PRM/Imperatriz/MA

Adriana da Silva Fernandes - PR/SP

Colaboradoras

Eugênia Augusta Gonzaga Fávero - PR/SP

Maria Aparecida Gugel - PGT/MPT

Assistência ao GT: Flozilene de Souza Oliveira

GT DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Portarias

Instituído por meio da Portaria nº 008/2005, de 18 de outubro de 2005. O XII ENPDC aprovou a continuidade do GT até 30 de setembro de 2007, conforme Portaria Nº 008/2006, de 25 de setembro de 2006.

Enfoques

Discriminação de gênero e orientação sexual, tráfico interno e externo de pessoas para fins de exploração sexual, entre outras questões, e também sobre os temas prioritários para atuação institucional, durante o período de setembro de 2005 a setembro de 2006. No XII ENPDC, a continuidade do GT foi aprovada e, após consulta, sua composição renovada.

Atividades – 2006

- Reuniões ordinárias: 4
- O GT Direitos Sexuais e Reprodutivos ofereceu Representação junto ao PGR visando a propositura de ADPF - Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao STF acerca da extensão da união estável e outros direitos às pessoas do mesmo sexo.
- Ofício ao Diretor de Assistência e Benefícios Sociais do Planassiste para divulgar a todos os membros e servidores do MPU (ativos e inativos) a possibilidade de inclusão de companheiro/companheira do mesmo sexo biológico como beneficiário do plano de saúde, na condição de dependente, desde que observadas as demais formalidades exigidas pelo regulamento.

Composição

Titulares

Daniel Antônio Sarmiento - PRR/2ª Região

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen - PRR/3ª Região

Renato de Freitas Souza Machado - PRM São João de Meriti/RJ

Suplentes

Caroline Maciel da Costa - PR/RN

Sérgio Gardenghi Suiama - PR/SP

Colaboradores

Paulo Gilberto Cogo Leivas - PRR/4ª Região/RS

Rafaella Alberici – PRM Bagé/RS

Assistência: Eduardo Alexandre Z. V. da Cunha

GT PREVIDÊNCIA SOCIAL

Portarias

Instituído pela Portaria nº 005/2006-PFDC/MPF, de 25 de setembro de 2006.

Enfoque

Qualidade do atendimento do INSS.

Atividades – 2006

- A primeira reunião ocorreu em dez de novembro de 2006, com a presença do Presidente do INSS.

Composição

Titulares

Cláudio Valentim Cristani - PRDC/SC

Jaqueline Ana Buffon - PRM Santa Cruz/RS

Zélia Luiza Pierdoná - PR/SP

Suplentes

Marta Cristina Pires Anciães - PRM Uruguaiana/RS
Darcy Santana Vitobello - PRR/3ª Região

Colaboradores

Peterson de Paula Pereira - PR/DF
Goethe Odilon Freitas de Abreu – PRDC/GO

Assistência em 2006: Mércia Beatriz Miranda

GT SAÚDE

Portarias

Instituído pela Portaria Nº 03/2004-PFDC/MPF, de 29/09/2004, prorrogado por mais dois períodos de um ano cada, através das Portarias nº 012/2005-PFDC/MPF, de 24/11/05 e nº 10/2006-PFDC/MPF.

Enfoques

Acesso a medicamentos excepcionais e o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, terceirização dos serviços públicos de Saúde, ética em pesquisas em seres humanos, saúde mental (a partir de 2006).

Atividades – 2006

Reuniões ordinárias: 4

1ª Reunião: Nos dias 15 e 16 de março foi realizada a primeira reunião do GT/Saúde de 2006 para estabelecer com a nova composição do grupo as metas e diretrizes dos trabalhos a serem desempenhados, sendo que no dia 15 de março os membros do GT foram recebidos pelo Procurador Geral da República para tratar dos assuntos constantes do documento entregue pelo GT/Saúde anterior, PA no.8193/2004-23 (EC-29 e Farmácias Populares);

2ª Reunião: Dias 5 e 6 de julho. O GT se reuniu com representantes dos Ministérios do Planejamento, Saúde, Fazenda, Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Saúde, para discutir o descumprimento da aplicação da EC-29, conforme representação da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados.

3ª Reunião: Nos dias 28 e 29 de setembro o GT se reuniu com representante do Ministério da Saúde e com o Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, para tratar da aplicação da Resolução nº 196/96 e da fiscalização e monitoramento, das pesquisas em seres humanos que vêm sendo realizadas no Brasil, principalmente na região amazônica.

4ª Reunião: Nos dias 27 e 28 de novembro realizou a última reunião do ano de 2006, para discussão da metodologia, objetivos, metas e atribuições de cada membro e colaborador, quando, também, foi sugerido que a atuação do GT/Saúde ficaria direcionada para a execução, pelo MPF, do Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

- Participação em Comissões e Eventos: 1) Comissão Permanente de Saúde do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, colaboração para a elaboração do Plano Nacional de Atuação do MP em Saúde; 2) Comissão que trata da elaboração da Política de Gestão Tecnológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- Publicação: Manual de Atuação – MPF/PFDC Medicamentos Excepcionais

Composição

Titulares

Nara Soares Dantas – PR/BA (PRDC Substituta - Coordenadora do Grupo até novembro de 2006)

Ramiro Rockenbach da Silva - PRDC/SE (Coordenador)

Ana Paula Carvalho de Medeiros - PR/RS

Rose Santa Rosa - PR/SP

Suplentes

Lisiane Cristina Braecher - PR/RJ

Vanessa Seguezzi - PRM Três Rios/RJ

Goethe Odilon Freitas de Abreu - PRDC/GO

Colaboradores

Oswaldo José Barbosa Silva - PRR/1ª Região

Delza Curvello Rocha - Subprocuradora-Geral da República

Assistência: Mércia Beatriz Miranda

GT SEGURANÇA PÚBLICA

Portarias

Instituído pela Portaria nº 005, de 18 de outubro de 2005, teve sua composição alterada pelas Portarias nº 002/2006 e 004/2006, respectivamente datadas de 20.06.2006 e 25.09.2006, tendo seu prazo de vigência prorrogado até 30 de setembro de 2007, por esta última.

Enfoques

Construção de um sistema nacional de proteção, abrangendo vítimas, testemunhas, réus colaboradores, defensores de direitos humanos; violência policial e Fundo Nacional de Segurança Pública.

Segurança privada (a partir de 2006).

Atividades – 2006

- Reuniões: 4

Deliberações: (1) elaboração de roteiro sobre como atuar junto aos programas de proteção a vítimas e testemunhas (federal e nas unidades federadas) e ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal;

(2) engajamento dos membros do GT, nos seus estados de atuação, para a construção da política local de proteção de defensores de direitos humanos; (3) reunir-se com o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para tratar do Fundo Penitenciário Nacional; (4) encaminhar proposta a ESMPU sobre seminário nacional sobre os programas de proteção a vítimas e testemunhas; (5) buscar informações sobre o funcionamento dos fundos constitucionais, FUNPEN e FNSP, junto ao TCU, preferencialmente solicitando uma apresentação para o GT; (6) reunir-se com o responsável no âmbito do Departamento de Polícia Federal pela Coordenação Central de Polícia/Divisão de Controle de Segurança Privada.

- A minuta do roteiro foi concluída em julho de 2007 e aprovada pelos membros.
- No Espírito Santo e no Pará, locais onde há a projeto piloto do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, o MPF participou de reuniões do Programa.
- A proposta de evento para ESMPU foi encaminhada com o título de I Seminário Nacional sobre Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.
- Na 4ª reunião do GT, realizada em 19.07.2006, o Dr. Maurício Keune compareceu atendendo ao convite.
- O GT, por intermédio de sua colaboradora, Lívia Tinôco, participou do grupo de trabalho criado no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) que está a criação do sistema nacional de proteção.
- A reunião com o TCU para tratar de fundos constitucionais e com o Departamento de Polícia Federal para tratar da segurança privada estão na agenda de 2007.

Composição

Titulares

Carlos Eduardo Copetti Leite - PR/RS

Viviane de Oliveira Martinez - PR/ES

Luciano Mariz Maia - PRR/5ª Região

Suplentes

Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior - PR/RN

Carlos Vinicius Soares Cabeleira - PR/ES

Regis Richael Primo da Silva - PR/MA

Colaboradores

Delza Curvello Rocha - PGR

Lívia Nascimento Tinôco - PR/DF

Vladimir Aras - PR/BA

Assistência: Mariela Villas Bôas Dias

4.2 Grupo Interinstitucional: Crise da Aviação Civil

Com os problemas evidenciados após o acidente com o avião da Gol, a PFDC promoveu, em 13 de novembro, uma reunião com representantes dos quatro ramos do MPU, para definir a estratégia de atuação do Ministério Público, coordenada da PFDC, visando assegurar a regular prestação do serviço público de transporte aéreo.

Foi constituído um grupo interinstitucional que, até dezembro, se reuniu em mais duas ocasiões.

5 REVISÃO

No ano de 2006, foram revistos **1.631** procedimentos arquivados pelos Procuradores e Procuradoras da República em todo o país e encaminhados à PFDC para homologação.

Apenas a partir de novembro de 2006, com a conclusão da tabela de temas da atuação, na ótica dos direitos e considerando as categorias de sujeito, é que foi possível readequar a estatística tradicionalmente feita. Assim, na primeira tabela abaixo já consta a quantificação das homologações por direitos (reclamados), segundo a nova sistemática de registro adotada desde outubro de 2006, referente, portanto, ao trabalho dos três últimos meses do ano. Na segunda tabela consta o registro cruzado de informações sobre direitos, sujeitos e outras especificações.

Nas tabelas 03 e 04 estão registradas as quantidades relativas às promoções de arquivamento homologadas, por Procuradorias nos Estados e Municípios, sem a distinção temática mas abrangendo a totalidade dos procedimentos revistos em 2006.

Tabela 1
Homologação por Tema
Direitos

DIREITO	QUANTIDADE
A informação	9
A Saúde	58
A Educação	25
Segurança Jurídica	1
Prestação de Alimentos	05
A alimentação adequada	07
Igualdade	08
De acesso a cargos públicos	06
Liberdade de culto	01
A Previdência Social	22
De ir e vir	05
De greve	01
A regular prestação de serviço público	23
A Comunicação Social	02

Direitos Autorais	01
A integridade física e psíquica	02
A Assistência Social	05
A honra	01
A moradia	02
A dignidade	02
De respeito aos mortos	01
A terra	06
A anistia	01
Ao atendimento prioritário	03
Ao devido processo legal	02
De acesso a serviços públicos	03
Ao trabalho	01
A propriedade	01
De acesso à justiça	01
A liberdade de trabalho	01
A gratuidade de registros civil e de nascimento	01
A nacionalidade	01
Ao livre exercício de profissão	07
De voto	01
A crença religiosa	01
A segurança	02
Total	219

Tabela 2
Homologação por Temas
Direitos e Sujeitos

DIREITO	Sujeitos e Informações adicionais	Qtde
A prestação de alimentos	Crianças (Convenção de Nova Iorque)	4
A igualdade/ não discriminação	negros homossexuais pessoa com deficiência	4
A liberdade de culto	comunidades negras (preconceito e discriminação de religião de matriz africana)	1
A educação	pessoa com deficiência (visual)	2

A comunicação social	Criança e adolescente (classificação indicativa: cenas impróprias em horário livre na TV)	2
A assistência social	Pessoa idosa Pessoa com deficiência Pessoa com deficiência	3
A saúde	Criança Saúde da mulher Pessoa com deficiência	5
A prestação de serviço público	Pessoa idosa Pessoa com deficiência	3
De ir e vir	Pessoa com deficiência (acessibilidade)	2
De acesso a cargo público	Pessoa com deficiência (concurso público, acessibilidade – cão guia)	3
A dignidade	Criança (anúncio em sítio eletrônico de venda de crianças pelo pai)	1
Ao atendimento prioritário	Pessoa idosa Pessoa idosa e c/ deficiência (Justiça/tramitação)	4
Ao voto	Pessoa com deficiência (Seções especiais de votação)	1
De acesso a serviço público e privado	Pessoa com deficiência (auto-atendimento bancário, Resolução n. 2878, de 26/07/01, Barreiras físicas e arquitetônicas)	4
A informação	Pessoa com deficiência (auditiva)	1
A Previdência Social	Criança e Adolescente (menor aprendiz-auxílio doença)	1

Tabela 3

Homologação de Arquivamento por Estado	
Estado - PR	Qtde
Alagoas	5
Mato Grosso	6
Rondônia	7
Paraíba	7
Amapá	8
Mato Grosso do Sul	17
Paraná	19

Pernambuco	22
Roraima	22
Amazonas	23
Pará	23
Piauí	23
Espírito Santo	24
Bahia	27
Tocantins	27
Rio Grande do Norte	31
Santa Catarina	37
Minas Gerais	45
Maranhão	46
Distrito Federal	51
Rio de Janeiro	52
Rio Grande do Sul	78
Sergipe	90
Ceará	136
São Paulo	184
Goiás	314
TOTAL	1324

Tabela 4

Homologação por Município	
PRM	Qtde
Jaú/SP	1
Nova Friburgo/RJ	1
Santo André/SP	1
Francisco Beltrão/PR	1
Governador Valadares/MG	1
Itajaí/SC	1
Uberlândia/MG	1
Umuarama/PR	1
Volta Redonda/RJ	1
São Bernardo campo/SP	1
São Miguel Doeste/SC	1
Três Lagoas/MS	1
Corumbá/MS	1
Campo Goytacazes/RJ	1
Bento Gonçalves	1
Araraquara/SP	1
Niterói/RJ	2
Santa Rosa/RS	2
Guarulhos/SP	2
Cascavel/PR	2
Ribeirão Preto/SP	2
São José do Rio Preto/SP	2
Uberaba/MG	2
Foz do Iguaçu/PR	2
Sorocaba/SP	2

Londrina/PR	2
Três Rios/RJ	2
Bragança Paulista/SP	3
São João De Meriti/RJ	3
Santa Maria/RS	3
Novo Hamburgo/RS	3
Pelotas/RS	3
Limoeiro do Norte/CE	4
Ilhéus/BA	4
Campina Grande/PB	4
Jales/SP	4
Marília/SP	4
Petrópolis/RJ	4
Santos/SP	4
São Pedro d'Aldeia	5
Uruguaiana/RS	6
Petrolina/PE	6
Itapemirim/ES	6
Marabá/PA	6
Passo Fundo/RS	7
Ponta Grossa/PR	7
São José dos Campos/SP	8
São João da Boa Vista/SP	8
Bauru/SP	8
Piracicaba/SP	14
Franca/SP	19
Campinas/SP	22
Rio Grande/RS	23
Caxias Do Sul/RS	24
Joinville/SC	57
TOTAL	307

6 EXECUÇÃO

6.1 Recebimento e Encaminhamento de Demandas

6.1.2 Denúncias e solicitações presenciais e por telefone

Atendimento presencial	Atendimento Telefônico	Registrados em Informações	Outras Atividades *	Total
111	170	02	03	286

* Análise das necessidades do atendimento, estatística do atendimento e sugestão para que a PGR tenha uma política para esta atividade. IT/AM de 21/11/2006; Elaboração de tabelas e formulários de registro do atendimento; Programação e realização da Oficina sobre Atendimento ao Cidadão realizada no XII ENPDC.

6.1.3 Denúncias e solicitações por meio eletrônico

Da mesma forma que o atendimento anterior, as denúncias e solicitações encaminhadas via correio eletrônico não atinentes às atribuições da PFDC são recebidas e encaminhadas aos setores competentes ou a outros órgãos governamentais, pela Secretaria de Gabinete – SG.

Estatística – Mensagens 2006	
Assunto	Quantidade
Concurso Público	61
Servidor Público	17
Criança/Adolescente	5
Discriminação	22
Educação	13
Idoso	9
Meios de Comunicação	17
Patrimônio Público	7
Pessoas com Deficiência	14

Previdência Social	17
Saúde	14
Administração Pública	28
Consumidor e Ordem Econômica	43
Conselhos de Classe	4
Exploração Sexual	2
FGTS	1
Habitação	4
Meio Ambiente	1
Programa Bolsa Família	2
Reforma Agrária	1
Segurança Pública	1
Tortura	3
Crimes na Internet	14
Violência no Campo	3
Trabalho Escravo	2
Total	305

Tipos de Demanda

Finalidade	Quantidade
Denúncia/Reclamação	262
Consulta/Orientação	113
Ciência/Outros	41
Total	416

Encaminhamentos

Encaminhamento	Quantidade
Câmaras/MPF	27
MP	4
MPE	20
MPT	5
MPDFT	1
PR	42
PRM	9

PRR	1
PRDC	72
PRE	6
PGJ	1
Polícia Federal	6
Ouvidoria/CEF	1
Ouvidoria/CÂMARA	1
Ouvidoria/IBAMA	1
Defensoria Pública da União	1
Procon	3
Promotoria de Justiça	5
AM/PFDC	5
Interessado	55
Arquivado	8
Total	274

6.2 Recomendações

A Agência Nacional de Telecomunicação, sobre reserva de espaço no espectro radioelétrico para a exploração dos canais sociais previstos no **Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre**.

Ao Presidente da República, proposta ao PGR e por ele acatada, em conjunto com as procuradoras da República Eugênia Fávero e Lívia Tinôco, acatada pelo PGR, sobre **direitos dos familiares de mortos e desaparecidos durante o regime instalado em 1964**.

Ao DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional e ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em conjunto com os procuradores Sérgio Gardenghi Suiama, Luiz Fernando Gaspar Costa, Márcio Schusterschitz da Silva Araújo e Karen Louise Jeanette Kahn, sobre adoção das providências necessárias ao cumprimento, pelos Estados da Federação, das **Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil**, estabelecidas na Resolução CNPCP nº 14/94.

À ANAC, à ANVISA, ao INMETRO, ao CONFEA. à ANATEL, às Secretarias de Administração e de Recursos Humanos do MPF, à Presidência da República, às Secretarias de Comunicação do Governo Federal, aos Tribunais de Justiça, aos Ministérios Públicos da União e Estaduais, sobre o cumprimento do Decreto 5.296/04 (20 recomendações sobre acessibilidade).

7 ASSESSORIA: ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES SÍNTESE DOS RELATÓRIOS SETORIAIS

7.1 Secretaria de Gabinete - GAB

Presta apoio administrativo direto à titular (controle da agenda, atendimento de telefonemas, controle das mensagens eletrônicas, controle dos procedimentos e expedientes submetidos a despacho) e, quando necessário, coopera com a Assessoria Administrativa. O relatório quantitativo consta no item 6.1.3.

7.2 Assessoria Administrativa - AA

Planeja, coordena e controla as atividades de apoio administrativo (triagem, autuação, recebimento, expedição, distribuição e controle de documentos e procedimentos, elaboração de minutas, além do controle interno sobre os recursos humanos e materiais, entre outras). Presta apoio administrativo (secretariado, informações diversas, encaminhamento de formulários relativos à autorização de passagens, diárias, hospedagens, alimentação, traslados internos e etc) aos membros integrantes dos Grupos de Trabalhos e às demais reuniões no âmbito da PFDC.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS	
Remanescentes em 31/12/2005	1.499
Originados pela PFDC	83
Recebidos dos Estados e Municípios	2.037
Recebidos das Câmaras e GAB/PGR	148
*A PFDC movimentou 1.365 processos a mais, em comparação a 2005, o que equivale a um aumento de 56,83%.	
Encaminhados aos Estados e Municípios	1.830
Encaminhados ao PGR e às Câmaras	164
Procedimentos remetidos à CCA	95
Total	2.089
*Aumento de 1.154 em relação a 2005, o que equivale a 117,15%.	
Total geral (Remanescentes) em 31/12/2006	1.678
*Apesar do aumento de 44,54% em números absolutos, esses números representam um total remanescente 16,56% inferior ao percentual remanescente em 2005.	

OFÍCIOS EXPEDIDOS	
Requisição de Informações	93
Solicitação de Providências	289
Comunicação de providências adotadas aos interessados	92
Informações prestadas	151
Encaminhamento de Procedimentos Administrativos	951
Convite para participar de Evento ou Reunião	173
Encaminhamento de Relatórios do MTE (Trabalho Escravo)	123
Agradecimentos	8
Ofício Circular	43
Total	1923

EXPEDIENTES	
Despachos/PFDC	5391
Despachos de arquivamento	219
Memorandos Expedidos	265
Memorandos Recebidos	58
Ofícios Recebidos	994
Portarias	12
Total	6939

7.3 ASSESSORIA DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO - ADID

7.3.1- Documentação

Biblioteca

O acervo de publicações impressas da PFDC, especializado em direitos do cidadão, inclui cerca de 1.200 títulos, entre livros e periódicos.

Em 2006, objetivando a disponibilização de consultas e empréstimos via internet, iniciou-se o trabalho de integração da biblioteca da PFDC à Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPPF). Para tanto, o acervo impresso, anteriormente organizado pelo sistema PHL8, está sendo catalogado e inserido na base de dados pelo aplicativo Pergamum, de gestão de bibliotecas.

Áudio e Vídeo

São 100 fitas VHS, 101 CD, 13 DVD e 40 cassetes. O acervo multimídia da PFDC está organizado na página Galeria (página da PFDC na Internet). A transferência para o sistema Pergamum permitirá a disponibilização em rede também do acervo em mídia de áudio e vídeo.

Atualização do Currículo da Titular da PFDC

Atualizado até dezembro de 2006, nas duas versões: no formato da Plataforma Lates (CNPQ) e no formato tradicional (diretório G, pasta Dra.Ela, dentro da pasta principal PFDC).

Fotografias

Há 264 fotos catalogadas e organizadas em 3 álbuns. Há também um arquivo com fotos digitais na pasta Acervo Multimídia, no site da PFDC.

Organização de publicações

Cabe à ADID a supervisão editorial das publicações assinadas pela PFDC, o que inclui o acompanhamento, o levantamento dos recursos, a coleta dos dados a serem publicados, a diagramação, a elaboração dos fotolitos, a impressão e o lançamento.

7.3.2 Informação

- Alimentação do banco de dados – atualizado até dezembro de 2006.
- Elaboração de quadro demonstrativo da atuação dos PRDC enviado aos membros em cada trimestre.
- Customização e alimentação do aplicativo “acompanhamento”, atualizado até dezembro de 2006.
- Reformulação do site da PFDC
- Gestão de conteúdo da página da PFDC no portal da PGR e na intranet.

Suporte Interno - A ADID fornece suporte técnico na área de informática aos setores da PFDC.

Boletim de Notícias - Elaborado e publicado diariamente na página da PFDC, contém matérias relacionadas aos Direitos Humanos e de interesse da PFDC veiculadas na imprensa. As edições podem ser encontradas por meio de aplicativo de pesquisa.

Banco de Dados – Atualizado diariamente, é integrado à base de dados do Ministério Público Federal. Está na página da PFDC <http://cf-internet.pgr.mpf.gov.br/busca/estrut/default.cfm?app=pfdc4>. Pode ser acessado a partir de diversos parâmetros de pesquisa, desde que constem no documento arquivado.

Acompanhamento - Informações das Ações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, atualizadas até dezembro de 2006. O aplicativo “Medidas Judiciais” o complementa.

Quadro Demonstrativo de ACP, ICP, TAC, Instauração de P.A, Representações e Recomendações – Encaminhado através do Informativo aos membros do Ministério Público Federal (anexo, o demonstrativo quantitativo detalhado por Estado da Federação e por tema).

7.3.3 Divulgação

Criação de *pop-up*, cartazes e etc, em datas comemorativas referentes às matérias da PFDC.

Atualização da Apresentação Institucional (Português, Francês, Inglês e Espanhol) na versão *Flash*.

Consulta PFDC - Consulta aos membros sobre assuntos pertinentes ao escritório da PFDC.

Informativo PFDC - Enviados 128 Informativos em 2006 aos PRDC, membros, servidores, conselhos, dentre outros. Registrados na página da PFDC e guardados em pasta arquivo no armário D.

Contatos com a Imprensa - Atuação como facilitadora no relacionamento entre a SECOM e os veículos externos e internos de comunicação, incluindo agendamento de entrevistas com a PFDC ou com os PRDC. Também são sugeridas matérias sobre os dias comemorativos que têm relação com os Direitos Humanos.

Administração da página da PFDC na WEB

Foram criados *links, lay-outs*, informações e efetuadas publicações diariamente. A página da PFDC foi reformulada e atualmente está em conformidade com as regras de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Eventos

Foram criadas e confeccionadas peças de divulgação e de material gráfico (convites, *banners*, faixas, cartões de visita e de agradecimento, *folders*, crachás, certificados etc) para os eventos promovidos em 2006.



VISUALIZAÇÃO DA PÁGINA DA PFDC

7.4 ASSESSORIA MULTIDISCIPLINAR - AM

Desenvolve atividades de assessoramento multidisciplinar e apoio técnico, correspondendo às seguintes tarefas:

- Acompanhamento da participação da PFDC e de PDC em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho Interinstitucionais
- Assistência e assessoria aos Grupos de Trabalho da PFDC
- Estudos e Pesquisas Temáticas para assessoramento à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e aos Grupos de Trabalho
- Acompanhamento e análise de documentos juntados a procedimentos administrativos e outros

- Apoio à revisão
- Atendimento ao cidadão
- Participação em seminários, audiências públicas e outros eventos.

7.4.1 Participação em Conferências, Seminários, Audiências Públicas, Reuniões de Trabalho e outros Eventos

Direito	Evento	Reuniões na PFDC	Total
Acesso a Justiça	03	01	04
Alimentação Adequada	03	02	05
Criança e Adolescente	05	03	08
Comunicação Social	03	01	04
Direitos Culturais	01		01
Direito a Dignidade		01	01
Conferências e Encontros Nacionais	10	02	12
Direitos Humanos e Política Externa	05	01	06
Igualdade - Gênero	04	02	06
Igualdade Racial	08	01	09
Ir e Vir - Tráfico de Pessoas - Migrações	09		09
Liberdade Religiosa		02	02
Liberdade de Trabalho – Redução a condição análoga a de escravo	06	02	08
Pessoas com Deficiência	12		12
Integridade Física e Psíquica - Tortura e outros Tratamentos Desumanos e Degradantes	02		02
Segurança/Proteção a Vítimas, Testemunhas, Réus Colaboradores e Defensores de Direitos Humanos Ameaçados	02	02	04
Saúde	09	01	10
Relatório Brasileiro ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC.	01	01	02
Total	83	20	105

7.4.2 Assessoria e Apoio aos Grupos de Trabalho

GT	Reuniões Ordinárias	Reuniões Externas Eventos	Informações e Outras Atividades	Total
Alimentação Adequada	02	01	01 Projeto de Seminário 03 Reuniões de Trabalho com Servidores da SI (Banco de Dados)	07
Comunicação Social	05	A. Pública: 01 Seminários: 02	Informações Técnicas: 10	18

Direitos Sexuais e Reprodutivos	04			04
Educação	01		Informações 17	18
Inclusão para Pessoas com Deficiência	08	05 Eventos 08 Reuniões	01 Projeto de Seminário	22
Previdência Social	01			01
Saúde	04		Informações Técnicas: 06 01 Projeto de Seminário	11
Segurança Pública	04		Informações Técnicas: 01 01 Projeto de Seminário	06
Total	29	17	41	87

7.4.3 Levantamentos de dados, informações e acompanhamento de Procedimentos Administrativos e Projetos de Lei (Informações)

Direito	Informações Técnicas
Alimentação Adequada	01
Acesso a Justiça e ao serviço Público	03
Direito a Assistência Social	02
Direito a Dignidade	01
DHESC dos Grupos e Populações Sujeitas a Despejos Forçados	01
Direito a Educação	01
Direitos Humanos e Assistência aos Cidadãos Brasileiros no Exterior	02
Igualdade de Gênero	01
Igualdade Racial	04
Integridade Física e Psíquica/Enfrentamento à Violência Policial	01
Liberdade de Culto	01
Liberdade Profissional	03
Liberdade de Trabalho/condições análogas à escravidão	08
Moradia Adequada	01
Pessoa com Deficiência	06
Pessoa Idosa	01
Pessoa Presa	01
Previdência Social	04
Ao Refúgio/Proteção do Migrante	01
Saúde	10
Segurança	03
Direitos Sexuais e Reprodutivos	01

A Terra	02
A Vida	01
Outros temas	01
Total	61

7.4.4 Estudos e Pesquisas (Notas Técnicas e Projetos de Pesquisa)

Tema	Nota Técnicas	Projetos e outros produtos	Total
Alimentação Adequada	02		02
Comunicação Social		01	01
Educação	01		01
Pessoas Presas	01		01
Criança e Adolescente	03		03
Igualdade - Gênero	01	01	02
Igualdade Racial	02	02	04
Igualdade - Outras Formas de Discriminação	02		
Liberdade Religiosa e Direito a Educação	02		
Liberdade de Trabalho	02		
Previdência (anistiados)	02		
Saúde	04		
Segurança	02		
Terra	05		
Segurança/Sistema Penitenciário	02		
Outros temas	05		
Total	39	04	44

7.4.5 Atividades de Planejamento

7.4.5.1 Assistência a Comissões Internas - Interação com outros setores da PGR

Comissão/Portaria	Reuniões	Outras atividades	Total
Oficina: Bases Metodológicas para Elaboração de Indicadores de Atuação nos temas da PFDC Atividade realizada com apoio da ESMPU - 26/28 Abril de 2006	04 Reuniões Preparatórias	02 Oficina Relatório	04

Comissão Especial Portaria 001/2006	03 (02 presenciais e 01 virtual)	05	08
Reuniões com o Centro de Cooperação Jurídica Internacional	02		02
Contribuição ao Ecotime	09	02	11
Total	18	08	26

7.4.5.2 Assessoria ao Planejamento das Atividades da PFDC e Apoio Administrativo da Assessoria

Planejamento

- Encontro Nacional dos Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão – Assessoria à PFDC na programação e participação no XII ENPDC.
- Acompanhamento dos PA na AM. Elaboração de tabelas de acompanhamento dos procedimentos administrativos distribuídos aos assessores pela Coordenação da Assessoria Multidisciplinar, com atualização do estágio de desenvolvimento dos trabalhos e pendências.

Apoio administrativo da AM

Atendimento telefônico e presencial de recepção. Cadastro de entrada e saída de Procedimentos Administrativos e Despachos da PFDC para a AM do agendamento de reuniões, seminários, audiências públicas, lançamentos na agenda da PFDC e confirmação da presença do assessor, agendamento prévio de transporte na DITRAN, monitoramento do envio e recepção de documentos por FAX; organização do local de trabalho e materiais necessários; xerox; controle do arquivo da AM; levantamento de dados na internet e intranet; contatos telefônicos e por e-mail a pedido do assessor; resumos processuais (excepcionalmente).

8 AVALIAÇÃO

Fundamentalmente este é um relatório de atividades. Todavia, os dados nele inseridos buscaram fornecer informação para um exercício de avaliação das atividades realizadas, considerando, de um lado, as diretrizes e prioridades estabelecidas nos Encontros Nacionais de Procuradores e Procuradoras dos Direitos dos Cidadão e, de outro, os direitos e interesses indisponíveis pelos quais compete ao Ministério Público zelar.

Assim, no cotejo entre as resoluções dos Encontros Nacionais e as atividades realizadas pela equipe da PFDC e pelos Grupos de Trabalho podemos verificar resultados expressos, por exemplo, em manuais, informativos, consultas, recomendações, parcerias, número de informações e de notas técnicas, número de homologações, participação em eventos, organização de eventos etc.

Os Grupos de Trabalho, além de definir marcos teóricos e linhas abstratas de trabalho, têm tido uma ação visivelmente pragmática e executiva.

Entretanto, falta a adoção de métodos e indicadores de avaliação para a avaliação de impacto das atividades para garantia do respeito, da implementação e da proteção dos direitos fundamentais expressos na Constituição da República e nos tratados internacionais de direitos humanos. Isso permitiria redirecionamentos mais oportunos das prioridades, revisões na estratégia de atuação ou seu fortalecimento.

Uma avaliação de impactos nos direitos só é possível mediante o acesso a informações completas e confiáveis sobre a atuação dos/das PDC, conhecimento da quantidade e extensão da violação a direitos e apropriação das avaliações dos efeitos da atuação do MPF, realizadas por diferentes segmentos do Estado e da sociedade. Para esse desiderato, atendendo a uma das diretrizes, está sendo desenvolvido um esforço de capacitação para construir métodos e procedimentos adequados às nossas peculiaridades de planejamento, acompanhamento e avaliação da ação institucional nos temas de atribuição da PFDC, na perspectiva dos direitos humanos e de sua

indivisibilidade, de forma participativa, na medida dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

A necessidade de definir indicadores de avaliação levou ao questionamento dos sistemas de informação do MPF existentes e, inclusive em implantação (Sistema Único). Disso resultou a elaboração de uma lista de temas e de subtemas, na perspectiva dos direitos, a fim de possibilitar a avaliação da atuação do MPF para fazê-los valer. O relatório incorporou essa perspectiva na apresentação dos resultados das atividades de interação, coordenação e revisão.

Nos últimos três anos e, em especial em 2006, foi possível adotar e fazer avançar algumas destas práticas, experimentando seguir as fases costumeiras da ação planejadora, estabelecendo prioridades e monitorando o seguimento das metas estabelecidas, bem como promovendo uma análise organizacional da PFDC. Neste último aspecto, o presente Relatório expressa o seu resultado ao distribuir as atividades nas categorias de atividades de coordenação, interação, execução e revisão. No entanto, a descrição da estrutura organizacional ainda não revela os aportes elaborados pela análise, que só vieram a ser normatizados pela Portaria Nº 012/2006-PFDC/MPF, que estabeleceu novo Regimento Interno. Por outro lado, também não incorpora todo o impacto da Resolução do CSMPF n. 87, de 03/08/2006 que, além de estimular a remessa de procedimentos e peças de informação arquivados nas procuradorias e confirmar a PFDC como instância de revisão, criou novas obrigações, tais como os controles das declinações de atribuição, das prorrogações de prazo de procedimentos administrativos e da conversão destes em inquéritos civis.

Certo é que o volume de todas as atividades cresceu, a demandar uma equipe mais estável e qualificada, além de espaço físico compatível com o número de pessoas e dos autos que transitam na PFDC. Nesse sentido, a execução das atividades não deve depender tanto de estagiários, como tem ocorrido.

Também foi ampliada a abrangência temática, o que pode ser ilustrado pelas prioridades acrescentadas em 2005 (Educação e Direitos Sexuais e Reprodutivos) e em 2006 (Previdência Social), bem como em novos temas

priorizados internamente em cada GT. Por exemplo, o GT Saúde, que dedicou-se a dois subtemas durante quase dois anos, diante da experiência que esta dedicação acrescentou e em resposta a demandas, elegeu mais 6 assuntos, o que determinou uma reorganização na forma de trabalho.

Os GT atuaram de formas diversas, seja na produção e disseminação de conhecimento, no âmbito do MPF, sobre os temas considerados prioritários, seja contribuindo com a PFDC nas suas atribuições. No primeiro caso, deve-se destacar a elaboração e publicação dos manuais de atuação. No outro caso, os GT realizaram reuniões e audiências visando encaminhar soluções para questões de repercussão nacional ou de interesse de todos/das PDC. São exemplos o Termos de Cooperação com os Departamentos de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação e de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, bem como a Recomendação a ANATEL para reserva dos canais 60 a 69 do Serviço de Repetição de Televisão para a Radiodifusão de Sons e Imagens e Retransmissão de Televisão para os canais de âmbito social, na implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Na interação com a sociedade a ampliação dos convites para a participação da PFDC e dos/as PDC em diferentes fóruns de debates, conselhos e comissões, ainda que na qualidade de observadores, diretriz que tem sido seguida para que não se perca a independência de atuação, é reveladora de resposta positiva ao trabalho desenvolvido e da credibilidade do MPF.

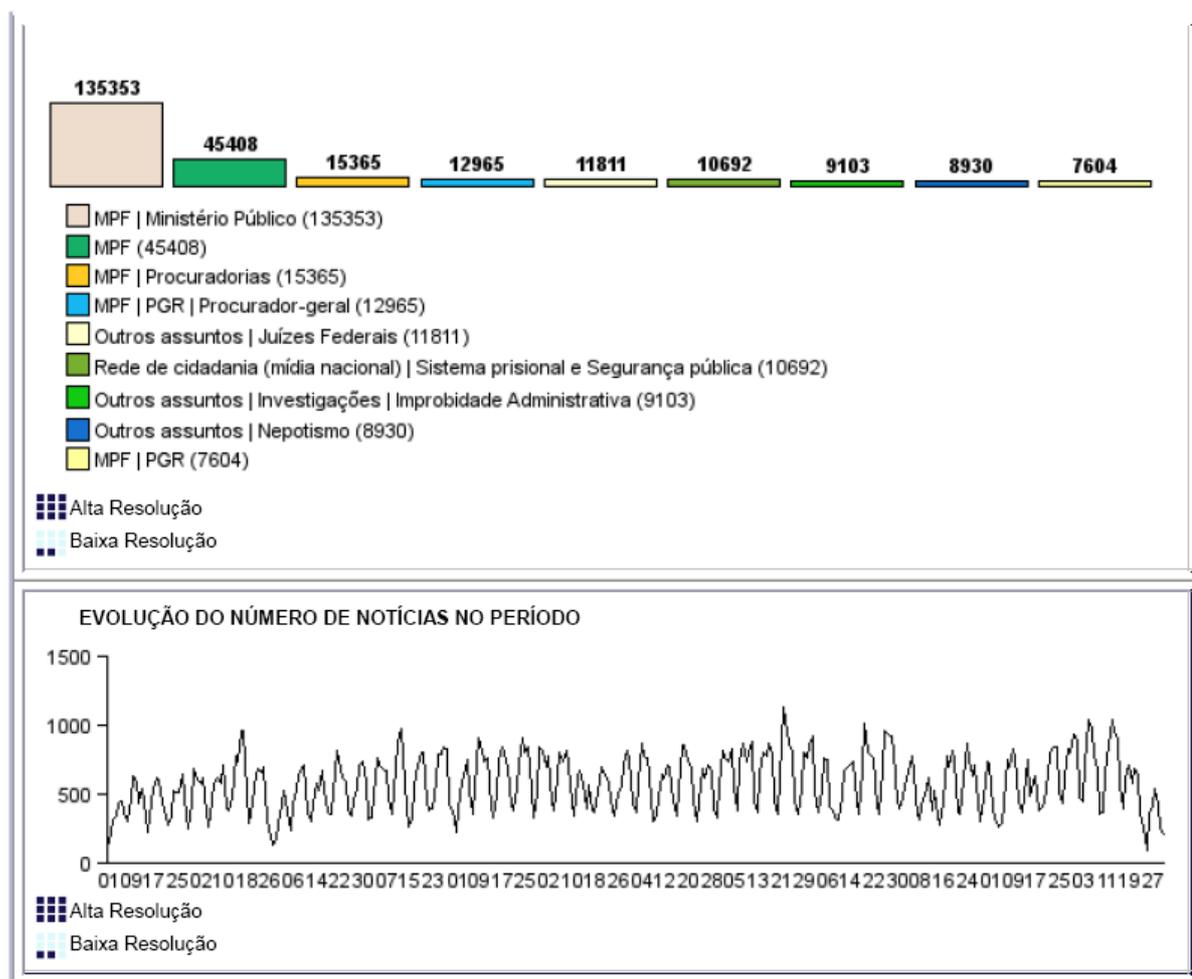
Nessa perspectiva, veja-se a análise das notícias veiculadas na mídia.

Notícias em Televisão

No período de 02 de Janeiro a 31 de dezembro de 2006, foram veiculadas cerca de 52 matérias que, de alguma forma, mencionavam a PFDC e/ou sua atuação com relação à defesa dos Direitos Humanos.

Notícias em Mídia Impressa

Durante o período de 02 de janeiro e 31 de dezembro de 2006, foram veiculadas cerca de 266 notícias relacionadas à PFDC em mídia externa e 70 notícias no PGR Informa.



Matérias em Rádio (Rádio PGR)

Foram veiculadas cerca de 117 matérias de rádio relacionadas aos Direitos Humanos ou à PFDC na mídia, 64 no "MPU Agora" e 53 no "Questão de Justiça". Fonte: Portal PGR

ANEXOS

ANEXO I

RESOLUÇÕES DO XII ENPDC

Resolução 01: Prioridades de Atuação

As prioridades definidas nos X e XI Encontros são mantidas, garantida continuidade dos GT existentes. Acrescenta-se, para o período de agosto de 2006 a agosto de 2007, o direito à previdência e assistência sociais, devendo ser criado um Grupo de Trabalho específico para o fim de debater, propor metas e procedimentos para a atuação coordenada dos/as PDC em todo o país. O GT deverá dar atenção à qualidade do atendimento do INSS, compatibilidade entre a normatização interna do INSS e a jurisprudência pacificada no âmbito da Justiça Federal, funcionamento dos centros de reabilitação profissional (existência das equipes multiprofissionais), especialização de médicos peritos, alta programada e benefícios da assistência social.

Resolução 02: Prioridades para os GT

O GT Educação deverá acrescentar aos temas prioritários de sua atuação no período a qualidade da educação. O GT Alimentação deve avaliar um trabalho sobre o direito a água com representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. O GT dos direitos sexuais deve dar atenção à distribuição de preservativos e anticoncepcionais e o GT Segurança Pública, o tema da segurança privada.

Resolução 03: Composição dos GT

Devem ser preenchidas as vagas abertas nos GT , em especial do GT Educação. Após três ausências consecutivas do membro do GT às reuniões, a PFDC solicitará que o mesmo se manifeste acerca do seu interesse em permanecer no Grupo. Não havendo interesse, a PFDC tomará as providências necessárias à recomposição do Grupo. Poderão participar dos GT procuradores/as que tenham notório conhecimento do assunto objeto do Grupo, independente de estarem atuando na matéria.

Resolução 04: Comunicação entre GT e PDC

Para aprimorar a comunicação das ações dos GT, no Informativo da PFDC, veiculado nas listas "Membros" e "PRDC", devem ser divulgadas as pautas e as atas de reuniões dos Grupos de Trabalho. Além disso, devem ser criados links diretos, na página da PFDC, para os Manuais de Orientação, ainda que não tenham sido publicados.

Resolução 05: Assessoria ao/à PRDC

A PFDC deve solicitar ao Procurador-Geral da República que, no projeto de reestruturação administrativa das Procuradorias da República, seja prevista

uma Função Comissionada FC-05 para assessoria ao/a PRDC, nos mesmos moldes do que está previsto para os Procuradores Regionais Eleitorais.

Resolução 06: Estrutura para Atendimento e Orientação ao Cidadão

A PFDC deverá solicitar à Secretaria Geral do MPF a implantação de setor específico de atendimento em todas as unidades, com estrutura física independente, acessível e segura. Quando possível, deverá contar com assistente social.

Resolução 07: Reconhecimento e Normatização dos Serviços de Atendimento

A PFDC expedirá normas para padronizar o serviço de atendimento, na medida do possível, considerando a disparidade de estruturas administrativas, e elaborará modelos de formulários para encaminhamento do cidadão ao órgão competente quando a questão apresentada não for da atribuição do MPF. Caso não exista o setor específico com servidores especializados devem ser garantidos a capacitação destes (por exemplo, curso de LIBRAS) e o reconhecimento do seu trabalho no levantamento de produtividade.

Resolução 08: Planejamento da Atuação Institucional

Visando um sistema de informações adequado à avaliação e ao planejamento da atuação institucional a Comissão, instituída pela Portaria 001/2006 PFDC/MPF, deve: a) elaborar uma lista dos temas (principais e correlatos), tendo como referência os direitos; b) tomar como base a Resolução n. 1 do X ENPDC, que trata do objeto da atuação da PFDC e dos/as PDC. A lista preliminar de temas será disponibilizada na página eletrônica da PFDC, por um prazo a ser determinado, para sugestões e aprovação dos/as PDC. Após finalizada, a PFDC encaminhará a lista ao Secretário de Acompanhamento e Documentação Processual - SADP, para subsidiar os trabalhos dos projetos Integra e Sistema Único, além de outras atividades de documentação e informação.

Resolução 09: Atuação Articulada com os MPE

É necessária atuação articulada com outros Ministérios Públicos na defesa dos direitos humanos, com destaque à saúde, à alimentação adequada, à educação, à inclusão de pessoas com deficiência, ao meio ambiente do trabalho, no enfrentamento da tortura, da discriminação nas Forças Armadas e do trabalho escravo, nas violações de direitos decorrentes de conflitos agrários e do funcionamento do sistema prisional, na proteção a testemunhas, no fortalecimento do controle social das políticas públicas.

Resolução 10: Terceirização nos Serviços de Saúde

O GT SAÚDE apresentará sugestão de ofício a ser encaminhado pelos PDC aos gestores municipais e estaduais para diagnosticar se, nas respectivas áreas de atuação, já foram celebrados contratos de gestão de unidades

públicas de saúde por organizações sociais. O GT SAÚDE apresentará também minuta de ação civil pública visando à desconstituição dos referidos contratos de gestão no âmbito do SUS. Aos/às PDC caberá representar ao PGR visando à propositura de ADIN em face de leis estaduais que permitem a celebração desses contratos de gestão.

Resolução 11: Ética em Pesquisas com Seres Humanos

O GT SAÚDE promoverá debate em nível nacional sobre a ética em pesquisas com seres humanos e avaliará a possibilidade de ser expedida recomendação ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, para que exija a continuidade do fornecimento de medicamentos por parte das empresas promotoras das pesquisas a todos os que a estas se submeteram.

Resolução 12: Saúde Mental

Cabe ao/à PDC atuar em prol da desinstitucionalização do tratamento das pessoas com sofrimento mental, no sentido de, entre outras medidas: a) assegurar o benefício do LOAS e do auxílio de reabilitação psicossocial (Lei n. 10.708/03); b) assegurar o fornecimento de medicamentos; c) assegurar o direito dos militares conscritos que desenvolvem transtornos mentais durante o serviço; d) verificar a compatibilização/revogação das normas do Código Penal que tratam dos inimputáveis por doença mental com as da Lei n. 10.216/01.

Resolução 13: Inclusão das Pessoas com Hanseníase

A PFDC encaminhará aos/às PRDC o Relatório Consolidado do 1º Seminário Nacional de Antigos Hospitais-Colônia de Hanseníase para as providências que assegurem o reconhecimento da cidadania das pessoas com hanseníase.

Resolução 14: Programação Televisiva

O GT COMUNICAÇÃO SOCIAL pode auxiliar aos/as PDC na atuação preventiva, com a realização, por exemplo, de reuniões com representantes das emissoras, de audiências públicas etc. Deve-se buscar com as emissoras a participação dos diversos setores da população para a melhoria do conteúdo da programação. A reparação à violação de direitos humanos decorrentes de programas regionais deve ser feita pelos/as PDC que atuam na sede da geradora local. Para tanto, o/a PDC pode pleitear a obrigação da emissora de cumprir a classificação etária indicada pelo Ministério da Justiça e, também, obrigação de não-fazer, sem prejuízo da indenização pelo dano moral coletivo e da realização de contrapropaganda.

Resolução 15: Direito à Moradia Adequada e à Terra

A violação dos direitos humanos nas situações de despejos forçados no meio rural e urbano merece a atenção do/a PDC. Deve-se verificar se há prejuízo a interesse federal, especialmente investigando a regularidade dos títulos de domínio de imóveis rurais. Deve-se privilegiar a atuação extrajudicial e conjunta com o Ministério Público Estadual. A PFDC deverá dar publicidade aos Comentários Gerais n. 4 e 7, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

Resolução 16: Atuação em casos passíveis de incidente de deslocamento de competência

Nos casos de violações de direitos que, embora da atribuição dos MP estaduais (exemplos: violência policial, tortura), sejam passíveis de federalização (EC-45) ou estejam sendo investigados por Comissões do CDDPH, com participação da PFDC, é conveniente acompanhar os fatos para subsidiar a PFDC e o PGR.

Resolução 17: Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas

Os/as PDC devem buscar participar dos Conselhos Deliberativos dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas nos estados em que não haja previsão do MPF como membro, ou entrar em contato com o membro do Ministério Público local que deles participe. Devem verificar se o Estado possui o Conselho instalado, e se o mesmo funciona efetivamente. Devem acompanhar a execução do Programa e a aplicação da verba federal que o sustenta (por exemplo, se a mesma é suficiente, se atende preponderantemente o custeio das famílias ou despesas de pessoal). A PFDC deve encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça sugestão de recomendação para o engajamento de membros do Poder Judiciário nos Conselhos Deliberativos, e para que seja dada prioridade ao andamento dos processos com vítimas e testemunhas sob proteção.

Resolução 18: Sistema Prisional

O/A PDC deve atuar em sintonia com o/a colega que estiver oficiando no Conselho Penitenciário, e em diálogo com o Ministério Público Estadual. Na fiscalização do sistema prisional o/a PDC deve verificar a legalidade das normas emitidas pelo DEPEN, acompanhar os projetos de construção de presídios feitos pelos Estados com recursos federais para que cumpram as normas da LEP, e as condições de cumprimento de pena de presos federais, inclusive em presídios estaduais.

ANEXO II

Relação de Procuradores e Procuradoras Regionais dos Direitos do Cidadão e de Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão com Especialização em Saúde e Educação

Estado	Nome	Mandato	Portaria PGR	D.O.U.
ACRE	FREDI EVERTON WAGNER	01/12/05 a 31/10/06	630, de 8/11/05	01/12/05
	JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL	01/11/06 a 31/10/08	604, de 30/10/06	01/11/06
ALAGOAS	NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY	14/12/05 a 14/12/07	636, de 01/12/05	14/12/05
AMAPÁ	JOSÉ CARDOSO LOPES SEM ATO ATÉ 23/04/06	24/04/06 a 04/10/06	143, de 20/04/06	24/04/06
	FERNANDO JOSÉ AGUIAR DE OLIVEIRA	05/10/06 a 04/10/08	532, de 03/10/06	05/10/06
AMAZONAS	ANNA CLÁUDIA LAZZARINI	24/06/05 a 16/10/06	323, de 22/06/05	24/06/05
	ANDRÉ LOPES LASMAR	17/10/06 a 16/10/08	560, de 13/10/06	17/10/06
BAHIA	SIDNEY PESSOA MADRUGA DA SILVA	06/03/05 a 05/03/07	072, de 02/03/05	03/03/05
CEARÁ	MÁRCIO ANDRADE TORRES	18/10/04 a 25/05/06	616, de 14/10/04	18/10/04
	FRANCISCO DE ARAÚJO MACÊDO FILHO	26/05/06 a 25/05/08	215, de 24/05/06	26/05/06
DISTRITO FEDERAL	LÍVIA NASCIMENTO TINOCO ELIANA PIRES ROCHA	13/05/04 a 12/05/06 23/05/06 a 12/10/06	280, de 11/05/04 210, de 19/05/06	13/05/04 23/05/06
	WELLINGTON DIVINO MARQUES DE OLIVEIRA	13/10/06 a 12/10/08	553, de 10/10/06	13/10/06
ESPÍRITO SANTO	LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA	06/07/05 A 05/07/08	364, de 04/07/05 287, de 04/07/06	06/07/05 06/07/06
GOIÁS	GOETHE ODILON FREITAS DE ABREU	22/06/05 a 21/06/07	318, de 20/06/05	22/06/05
MARANHÃO	JURACI GUIMARÃES JÚNIOR REGIS RICHAEEL PRIMO DA SILVA	08/04/02 a 25/10/06	284, de 04/04/02 146, de 30/03/04	08/04/02 01/04/04
		26/10/06 a 25/10/08	584, de 24/10/06	26/10/06
MATO GROSSO	MÁRIO LÚCIO DE AVELAR	06/05/04 a 05/05/06	259, de 04/05/04	06/05/04

	GUSTAVO DE CARVALHO FONSECA	24/10/06 a 23/10/08	576, de 20/10/06	24/10/06
MATO GROSSO DO SUL	MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS	01/01/05 a 31/12/06	733, de 16/12/04	21/12/04
MINAS GERAIS	TARCÍSIO HUMBERTO PARREIRA HENRIQUES FILHO	16/08/05 a 15/08/07	440, de 15/08/05	16/08/05
PARÁ	RODRIGO TELLES DE SOUZA	23/08/05 a 08/11/06	450, de 22/08/05	23/08/05
	ALEXANDRE SILVA SOARES	09/11/06 a 08/11/08	620, de 07/11/06	09/11/06
PARAÍBA	DUCIRAN VAN MARSEN FARENA	25/03/03 a 17/04/08	181, de 24/03/03 137, de 17/04/06	25/03/03 18/04/06
PARANÁ	SÉRGIO CRUZ ARENHART	20/09/05 a 19/09/07	505, de 16/09/05	20/09/05
PERNAMBUCO	MARCELO MESQUITA MONTE	31/05/05 a 30/05/07	247, de 27/05/05	31/05/05
PIAUI	WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM	26/02/04 a 25/02/06	049, de 17/02/04	18/02/04
	TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA	26/02/06 a 25/02/08	025, de 25/01/06	27/01/06
RIO DE JANEIRO	MARCIA MORGADO MIRANDA WEINSCHENKER (SEM ATO ATÉ 13/07/06)	14/07/06 a 13/07/08	317, DE 13/07/06	14/07/06
RIO GRANDE DO NORTE	CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA	31/05/05 a 12/03/06	246, de 27/05/05	31/05/05
	YORDAN MOREIRA DELGADO	13/03/06 a 19/10/06	064, de 10/03/06	13/03/06
	CAROLINE MACIEL DA COSTA	20/10/06 a 19/10/08	571, de 19/10/06	20/10/06
RIO GRANDE DO SUL	CARLOS EDUARDO COPETTI LEITE - Substituto eventual, assumiu a titularidade quando da promoção do Dr. Luiz Carlos Weber FELIPE BRETANHA SOUZA	Julho a Dezembro/06	318, de 03/06/04 289, de 05/07/06	17/06/04 06/07/06
RONDÔNIA	FELIPE DA SILVA MULLER (removido para Santa Rosa/RS)	20/09/05 A 25/09/06 (DATA PORT.REMOÇÃO)	504, de 16/09/05 504, de 16/09/05	20/09/05 20/09/05
	SÍLVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR (substituto eventual)			
RORAIMA	LAURO COELHO JÚNIOR	28/06/05 a 02/10/06	330, de 27/06/05	28/06/05
	JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR	03/10/06 a 30/11/06	519, de 29/09/06	03/10/06
	ANDREI MATTIUZZI BALVEDI	01/12/06 a 30/11/08	662, de 30/11/06	01/12/06

SANTA CATARINA	CLÁUDIO VALENTIM CRISTANI	07/04/03 a 17/05/06 18/05/06 a 17/05/08	225, de 07/04/03 201, de 17/05/06	18/05/06
SÃO PAULO	SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA	14/02/05 a 13/02/07	032, de 10/02/05	14/02/05
SERGIPE	EDUARDO BOTÃO PELELLA	11/05/04 a 10/05/06	276, de 10/05/04	11/05/04
	RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA	11/05/06 a 10/05/08	173, de 03/05/06	04/05/06
TOCANTINS	ALVARO LOTUFO MANZANO	19/11/04 a 18/11/06 23/11/06 a 22/11/08	657, de 10/11/04 641, de 21/11/06	12/11/04 23/11/06

PROCURADORES E PROCURADORAS DOS DIREITOS DO CIDADÃO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E PREVIDÊNCIA

ACRE/AC

Educação, Previdência e Saúde - Livre Distribuição

Fredi Everton Wagner

Fernando Piazenski

Marcus Vinicius Aguiar Macedo

ALAGOAS/AL

Educação, Previdência e Saúde - A PRDC atua nas três áreas

Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary

AMAZONAS/AM

Educação, Previdência e Saúde - A PRDC atua nas três áreas

Anna Cláudia Lazzarini

AMAPÁ/AP

Educação, Previdência e Saúde - O PRDC atua nas três áreas

José Cardoso Lopes

BAHIA/BA

Educação e Previdência - PRDC

Sidney Pessoa Madruga da Silva

Saúde - PRDC Substituta

Nara Soares Dantas

CEARÁ/CE

Previdência

Francisco de Araújo Macêdo Filho - PRDC

Alexandre Meireles Marques

Nilce Cunha Rodrigues

Saúde e Educação

Alessander Wilckson Cabral Sales

Francisco de Araújo Macêdo Filho (PRDC)

Alexandre Meireles Marques

Nilce Cunha Rodrigues

DISTRITO FEDERAL/DF

Educação, Previdência e Saúde

Carlos Henrique Martins Lima

Peterson de Paula Pereira

ESPÍRITO SANTO/ES

Educação, Previdência e Saúde – A PRDC atua nas três áreas

Luciana Loureiro Oliveira

GOIÁS/GO

Previdência e Saúde – PRDC

Goethe Odilon Freitas de Abreu

Educação

Mariane Guimarães de Mello Oliveira

MARANHÃO/MA

Educação e Saúde – PRDC

Juraci Guimarães Júnior

Previdência

Marco Aurélio Adão

Sergei Araújo

MATO GROSSO/MT

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Mário Lúcio de Avelar

MATO GROSSO DO SUL/MS

Educação e Saúde – PRDC

Mauro Cichowski Santos

Previdência

Blal Yassine Dalloul

MINAS GERAIS/MG

Educação e Previdência

Adaílton Ramos do Nascimento

Saúde:

José Jairo Gomes

PARÁ/PA

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Rodrigo Telles de Souza

PARAÍBA/PB

Previdenciária

Distribuição Livre

Educação e Saúde

Atribuição do PRDC, exceto nos casos de má aplicação de recursos, em que a distribuição é livre.

Duciran Van Marsen Farena

PARANÁ/PR

Educação e Previdência – PRDC

Sérgio Cruz Arenhart

Saúde

Antônia Leli Neves Chances

PERNAMBUCO/PE

Educação e Previdência – PRDC

Marcelo Mesquita Monte

Saúde

Marcos Antônio Costa

Mabel Seixas Menge

Sônia Maria de Assunção Macieira

PIAUI/PI

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Tranvanvan da Silva Feitosa

RIO DE JANEIRO/RJ

Saúde

Márcia Morgado Miranda Weinschenker - PRDC

Maria Cristina Manella Cordeiro

Lisiane Braecher

Daniel Prazeres

Roberta Trajano

Previdência

Márcia Morgado Miranda Weinschenker - PRDC

Maria Cristina Manella Cordeiro

Aline Caixeta

José Schettino

Educação

Márcia Morgado Miranda Weinschenker - PRDC

Maria Cristina Manella Cordeiro

RIO GRANDE DO NORTE/RN

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Yordan Moreira Delgado

RIO GRANDE DO SUL/RS

Educação

Felipe Bretanha Souza - PRDC

Saúde

José Alexandre Pinto Nunes

Previdência:

Ana Paula Carvalho de Medeiros

RONDÔNIA/RO

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Francisco de Assis Marinho Filho

RORAIMA/RR

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Lauro Coelho Júnior

SANTA CATARINA/SC

Educação, Previdência e Saúde

Cláudio Dutra Fontella

André Stefani Bertuol

SÃO PAULO/SP

Educação e Saúde

Adílson Paulo Prudente do A. Filho

Sônia Maria Curvello

Rose Santa Rosa

Previdência

Zélia Luiza Pierdoná

Fernanda T. S Domingues Taubemblatt

Márcio Schusterschitz da Silva Araújo

SERGIPE/SE

Educação, Previdência e Saúde

Ramiro Rockenbach da Silva - PRDC

Gilcema Santos do Nascimento

TOCANTINS/TO

Educação, Previdência e Saúde – O PRDC atua nas três áreas

Álvaro Lotufo Manzano

ANEXO III

RELAÇÃO DE TEMAS DE ATUAÇÃO (DIREITOS)

ATUAÇÃO DA PFDC E DOS/AS PDC			
RELAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS²			
Complementação da Resolução Nº 01 do X ENPDC ³			
Nº	Tema 1 Direitos em espécie/previsão constitucional/declarações, pactos, convenções internacionais.	Tema 2 Subdivisões dos temas anteriores, informações adicionais, referências a políticas e programas públicos	Tema 3 <u>Sujeitos de direitos</u> e informações adicionais
	Direito a alimentação adequada	Aleitamento materno Desnutrição Fome Acesso a meios de produção e/ou aquisição de alimentos Direito a alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar) Controle Social Carências Nutricionais Específicas Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan	Universalidade do acesso Suspensão de repasse de recursos federais (crianças e adolescentes) Ações emergenciais de combate à fome (incluir referência aos sujeitos, nos casos específicos; por exemplo: atingidos por barragens, pessoas em situação de rua, crianças) Conselho de Alimentação Escolar (crianças e adolescentes) Pessoas com carências nutricionais doenças que necessitam controle alimentar (doença celíaca, fenilcetonúria, diabetes, entre outras) Conselho de segurança alimentar e nutricional - CONSEA

² No XII ENPC, sobre a lista dos temas que constituem o campo de atuação dos/as PDC, referente a demandas por aprimoramento do sistema de informações do MPF tendo em vista o conhecimento da atuação nos temas de atribuição da PFDC, tarefa a cargo da Comissão criada pela Portaria PFDC Nº 001/2006 de 2 de junho de 2006, deliberou-se que: a) os temas devem ser nomeados na ótica dos direitos; b) tomando-se como base a Resolução Nº 1 do X ENPDC, a Comissão elaborará uma lista preliminar a ser disponibilizada na página eletrônica da PFDC, por um período de tempo determinado, para sugestões. Após finalizada, a PFDC encaminhará a lista ao Secretário de Acompanhamento e Documentação Processual – SADP.

³ As Resoluções de 1 a 4 do X ENPDC, tratam do ofício do/a PDC. A atuação institucional no ofício dos Direitos do Cidadão visa a garantir o efetivo respeito pelos Poderes Públicos e prestadores de serviços de relevância pública, referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, aos direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras. Será objeto da atuação a violação, por ação ou omissão, por estes poderes e serviços, a direitos constitucionais da pessoa humana tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária. Atuará a (o) PFDC e as (os) PDC pelos interesses individuais indisponíveis, como agente, em decorrência de expressa previsão da atribuição institucional na Constituição da República, nas leis - exemplificadamente, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso - e em tratados ou convenções internacionais; em outros interesses individuais, quando não caracterizado, de plano, qual o órgão ou instituição que possui atribuição, pode o PDC colher elementos de convicção antes do encaminhamento. Em qualquer caso e sempre que possível, deve o PDC direcionar sua atuação à solução da questão sob a perspectiva coletiva.

		Transferência de Renda – Renda Mínima	Programa Bolsa Família (incluir referência aos sujeitos nos casos específicos; por exemplo: Bolsa família/comunidades quilombolas, etc.)
	Direito a saúde	<p>Controle social</p> <p>Financiamento da saúde</p> <p>Pesquisa em seres humanos</p> <p>Pesquisa com seres humanos</p> <p>Planejamento Familiar</p> <p>Saneamento básico</p> <p>Saúde da Mulher</p> <p>Saúde mental</p> <p>Sistema Único de Saúde</p> <p>Vigilância sanitária</p> <p>Acesso a medicamentos</p> <p>Acesso a tratamentos</p>	<p>EC Nº. 29</p> <p>Universalidade do acesso</p> <p>Igualdade no acesso</p> <p>Gratuidade</p> <p>Credenciamento</p> <p>Terceirização de serviços públicos</p> <p>Regulação de serviços</p> <p>Assistência farmacêutica</p> <p>Conselho Nacional de Saúde</p> <p>Conselho Estadual de Saúde</p> <p>Conselho Municipal de Saúde</p> <p>Protocolo clínico</p> <p>AIDS</p> <p>Contraceptivos</p> <p>Reforma psiquiátrica (pessoas em situação de transtorno mental)</p> <p>CAPS</p> <p>Pessoas com Hanseníase</p>
	Direito a educação	<p>Financiamento</p> <p>Educação básica: ensino fundamental</p> <p>Educação básica: creche</p> <p>Educação básica: pré-escola</p> <p>Educação inclusiva *</p> <p>Ensino Médio</p> <p>Ensino Privado</p> <p>Ensino Público</p> <p>Ensino Superior</p> <p>Qualidade do ensino</p> <p>Educação para a paz</p> <p> </p> <p>* abrange as ações afirmativas</p>	<p>CEFET</p> <p>Colégio de Aplicação</p> <p>Currículo</p> <p>Falta de autorização do MEC</p> <p>FNDE</p> <p>Fundef/Fundeb</p> <p>Gratuidade</p> <p>Matrícula</p> <p>Programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde</p> <p>Cotas</p> <p>PROUNI</p> <p>Pós-graduação</p> <p>Subvenções</p> <p>Pessoas com deficiência</p> <p>Pessoas com necessidades especiais</p> <p>Afrodescendentes</p> <p>Indígenas</p> <p>Valorização do magistério</p>
	Direito a igualdade	<p>Concurso Público</p> <p>Acesso a estabelecimentos públicos</p> <p>Acesso a estabelecimentos privados</p> <p>Acesso ao trabalho</p>	<p>Discriminação de gênero</p> <p>Discriminação de raça</p> <p>Discriminação de origem</p> <p>Discriminação de procedência</p> <p>Discriminação por orientação sexual</p> <p>Discriminação por religião</p> <p>Discriminação de pessoas com deficiência</p> <p>Ações afirmativas</p> <p>Racismo</p>
	Direito a previdência	<p>Auxílio-doença</p> <p>Aposentadoria por invalidez</p> <p>Pensão por morte</p> <p>Aposentadoria por idade</p> <p>Aposentadoria por tempo de contribuição</p> <p>Aposentadoria especial</p>	

		Licença-maternidade Seguro-desemprego Salário-família Auxílio-reclusão Renda mínima benefícios previdenciários Preservação valor real dos benefícios Benefícios acidentários	
	Direito a liberdade de pensamento	Objeção de consciência Ameaça Constrangimento ilegal	
	Direito a liberdade de consciência	Serviço militar	Adventistas Testemunhas de Jeová
	Direito a liberdade de religião	Exercício de cultos religiosos	Adventistas
	Direito a liberdade de expressão	Atividade artística Atividade científica Atividade intelectual Radiocomunitárias Liberdade de cátedra Autonomia didático-científica Censura	
	Direito a liberdade de associação		
	Direito ao exercício de profissão	Cancelamento de inscrição Exigência de diploma Habilitação profissional Prerrogativas Qualificação Registro	Conselhos de classe Conselhos Fiscalizadores de profissão (OAB, OMB, CREA, etc.) Advogado Psicólogo Técnico em Radiologia
	Direito a dignidade	Abuso de incapaz Condições degradantes no trabalho Identidade Mínimo existencial Registro civil do nascimento Trabalho infantil	
	Direito a assistência social	Amparo a crianças e adolescentes carentes Programa Nacional de Inclusão do Jovem Benefício de prestação continuada Conselhos de Assistência Social Lei Orgânica de Assistência Social Proteção a maternidade Proteção a infância Proteção	Pessoa com deficiência Pessoa idosa Criança e ao adolescente Proteção a família

		Proteção a Juventude Proteção a adolescência Proteção a velhice Promoção integração mercado de trabalho Habilitação/reabilitação deficientes e promoção de sua integração à vida comunitária	
	Direito a integridade física e psíquica	Abuso de autoridade Castigo Sanções disciplinares Tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes medidas socioeducativas	Pessoa presa Pessoa submetida à medida de segurança FEBEM Criança e adolescente
	Direito de petição	Habeas data Obtenção de certidões	
	Direito de ir e vir	Emigração Imigração Redução a condição análoga à de escravo Seqüestro ou cárcere privado Tráfico de pessoas Escolha de residência	Migrantes Pessoas com deficiência Pessoas portadoras de necessidades especiais Estrangeiros Refugiados Prédios públicos Prédios comerciais Prédios residenciais Transporte público Terminais Serviços (terminais de auto-atendimento, orelhões etc) Logradouros Semáforos
	Direito a buscar e receber asilo		
	Direito de acesso a justiça	Defensoria Pública Justiça gratuita Recurso efetivo no caso de violação de direitos fundamentais	
	Direito a informação	Radiocomunitárias Arquivos públicos Acessibilidade	desaparecidos políticos
	Direito a participação		
	Direito a eleger e ser eleito	Elegibilidade Anistia	Pessoa presa
	Direito ao nome		

	Direito a nacionalidade		
	Direito a comunicação social	Resposta em caso de publicações inexatas ou agravantes Meios de comunicação Internet Acessibilidade Classificação indicativa Publicidade	Crianças e adolescentes
	Direito a regular prestação de serviços públicos	Análise de requerimentos/petições no prazo legal abastecimento de água, saneamento básico energia elétrica iluminação pública limpeza pública segurança pública transporte público telefonias Qualidade do atendimento Eficiência Informação	Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS
	Direito de acesso a cargos públicos	Concurso público Ações afirmativas Acesso igualitário a funções públicas Racismo institucional	
	Direito de acesso a serviços	Terminais de auto-atendimento Acessibilidade	
	Direito de atendimento prioritário	Serviço Público Instituições Bancárias	Criança e adolescente Gestantes Idosos Pessoas com deficiência
	Direito ao devido processo legal	Concurso público Fundamentação das decisões Processo Administrativo	
	Direito ao contraditório	Processo administrativo	
	Direito a ampla defesa	Processo administrativo	
	Direito a terra	Conflito Desapropriação por interesse social Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária Usucapião coletivo Reforma Agrária Regularização fundiária	Indígenas Quilombolas Outras populações tradicionais Posseiros Projeto de assentamento
	Direito a segurança	Fundo Nacional de Segurança Pública Violência policial Segurança privada Programa de Proteção a Vitimas e Testemunhas Programa de Defensores de Direitos Humanos	

	Direito a vida	Execução sumária Chacina Linchamento Desaparecimento forçado	Grupo de extermínio Polícia civil Polícia militar Grupo paramilitar Pistoleiro Jagunço Segurança privada Justiceiro
	Direito a privacidade Direito a intimidade	Abuso de autoridade Dano moral	
	Direito a imagem	Abuso de autoridade Dano moral	Criança e adolescente Internet Mulher
	Direito ao trabalho	Desemprego Direito de greve Direitos trabalhistas Discriminação Anistia Carteira de trabalho Tráfico de pessoas	Programa Primeiro Emprego
	Direito a liberdade de trabalho	Aliciamento de trabalhadores Assédio moral Redução a condição análoga à de escravo	
	Direito a moradia adequada	Despejo forçado Grandes obras Usucapião Reassentamento	Atingidos por Barragens Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB Sem-teto
	Direito a família	Reconhecimento da paternidade/maternidade Convivência familiar Adoção	
	Direito a prestação de alimentos	Convenção de Nova Iorque	Crianças e adolescentes
	Direito ao lazer		
	Direito a cultura	Livre manifestação cultural Expressão em língua própria Respeito a modos de ser e viver Participação da vida cultural comunitária Participação do progresso científico e de seus benefícios Conservação, desenvolvimento e difusão da ciência e da cultura Participação dos benefícios do fomento e da cooperação internacionais em ciência e cultura. Acessibilidade a bens e serviços culturais	Indígenas Afrodescendentes Minorias étnicas Comunidades rurais Comunidades tradicionais Grupos culturais Pessoas com deficiência Pessoas idosas
	Direito de respeito aos restos mortais	Relocação de sítios urbanos por obras de infra-estrutura Cemitérios rurais	Atingidos por barragens

	Direito a honra		
	Direito a individualização da pena	Medidas socioeducativas	
	Direitos sexuais e reprodutivos	Violência sexual Abuso sexual Exploração sexual infanto-juvenil Prostituição Planejamento familiar Esterilização Aborto Orientação sexual Transexualismo Identidade sexual Mortalidade materna Educação sexual União civil entre pessoas do mesmo sexo Reprodução assistida	GLBTT Pessoa presa Pessoa com deficiência Adolescente
	Direito ao desenvolvimento		Indígenas Quilombolas Comunidades rurais
	Direito a propriedade	Confisco Bem de família	
	Direito a Indenização	Condenação por erro judiciário	

ANEXO IV

PORTARIA Nº 012/2006-PFDC/MPF, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, no exercício de suas atribuições, resolve editar o REGIMENTO INTERNO a seguir descrito, objetivando definir normativamente a organização implantada a partir de maio de 2004 na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

ESTRUTURA DA PFDC:

Art. 1º - Para o exercício das funções conferidas à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, é criada a seguinte estrutura organizacional:

I - **Secretaria de Gabinete (SEGAB)**, para secretariar diretamente o(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão;

II - **Coordenadoria de Administração (CA)**, para dar apoio às atividades-meio de todas as unidades que integram a PFDC;

III - **Coordenadoria de Assessoramento Multidisciplinar (CAM)**, para dar apoio técnico ao(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão; e

IV - **Coordenadoria de Comunicação e Informação (CCI)**, para dar apoio na gestão de informação e comunicação.

ATRIBUIÇÕES:

Art. 2º - Compete à Secretaria do Gabinete do(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão - SEGAB:

a) o atendimento telefônico do(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão;

b) organizar os arquivos da Secretaria;

c) organizar e preparar os expedientes relativos ao Gabinete de Subprocurador(a)-Geral da República;

d) manter controle dos expedientes e autos recebidos ou expedidos;

e) organizar e manter atualizada a agenda de compromissos do(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão;

f) analisar as correspondências escritas e eletrônicas recebidas diretamente pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão, responder ou fazer os encaminhamentos conforme as orientações estabelecidas;

- g) elaborar os relatórios e as estatísticas que se fizerem necessários;
- h) interagir com as Coordenadorias;
- i) exercer encargos específicos que lhes sejam determinados pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão.

Art. 3º - Compete à Coordenadoria de Administração – CA:

- a) receber e expedir documentos escritos ou eletrônicos e autos de procedimentos; observando a padronização estabelecida;
- b) preparar os despachos de encaminhamento nos expedientes e autos ou fazer diretamente os encaminhamentos, quando houver orientação geral préestabelecida;
- c) proceder a juntada de documentos nos autos, alimentar os sistemas informatizados de controle do fluxo de correspondências e de procedimentos, bem como manter o controle dos prazos estabelecidos;
- d) elaborar minutas de expedientes sobre matéria administrativa;
- e) manter arquivos físicos e eletrônicos relativos à documentação recebida e expedida pela PFDC;
- f) prestar informações sobre o andamento de expedientes e procedimentos em trâmite na PFDC;
- g) proceder pesquisas no Portal Integra e nos demais sistemas disponibilizados quando necessário ou determinado;
- h) acompanhar as ocorrências relativas a lotação, frequência, férias, afastamentos dos servidores, estagiários e terceirizados em exercício na PFDC, adotando as providências necessárias junto às Secretarias de Recursos Humanos e de Administração;
- i) elaborar relatórios e estatísticas sobre as atividades da Coordenadoria;
- j) encaminhar atos e outros expedientes que requeiram publicações na Imprensa Oficial, Boletim Interno, Portal Eletrônicos ou outros meios disponibilizados;
- k) adotar providências junto aos setores competentes, tais como concessões de diárias e passagens, entre outras, para viabilizar a participação de membros e servidores em cursos de aperfeiçoamento/treinamento, seminários, palestras e outras atividades afetas à PFDC;
- l) solicitar, efetuar compras, serviços e fazer a devida prestação de contas de suprimentos de fundos liberados à PFDC;

m) providenciar junto à Secretaria de Administração material de consumo e permanente, bem como as alterações necessárias no espaço físico da PFDC;

n) manter o controle do material de consumo e permanente e zelar pela economia na utilização dos mesmos, de energia elétrica, dos telefone e de outros bens alocados;

o) manter sob guarda e responsabilidade, os equipamentos de áudio, vídeo, fotografia e materiais de consumo de utilização da PFDC;

p) atuar em conjunto com as demais Coordenadorias nos eventos promovidos ou apoiados pela PFDC;

q) dar suporte às assessorias dos Grupos de Trabalho, quando da realização de reuniões ou outros eventos;

r) interagir com a Secretaria de Gabinete e com as demais Coordenadorias;

s) exercer encargos específicos que lhe forem determinados pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão.

Art. 4º - Compete à Coordenadoria de Comunicação e Informação – CCI:

a) proceder a leitura de jornais, revistas e publicações dirigidas, bem como acompanhar os noticiários de rádio e televisão, para subsidiar a Coordenadoria de Assessoria Multidisciplinar e o (a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão;

b) interagir com a Secretaria de Comunicação da PGR e com os Procuradores dos Direitos do Cidadão para a divulgação da atuação institucional;

c) interagir com a Secretaria de Tecnologia da Informação da PGR, visando a implantação, manutenção e alteração em sistemas de informação;

d) elaborar e publicar os Informativos eletrônicos e Consultas da PFDC;

e) alimentar a página da PFDC na internet/intranet;

f) proceder levantamentos nos sistemas de informação e banco de dados, quando solicitado;

g) alimentar o Banco de Dados dos procedimentos administrativos e judiciais relativos aos atos elaborados e de interesse da PFDC, incluindo aqueles relativos ao trabalho escravo;

h) organizar e manter, sob guarda e responsabilidade, os acervos fotográficos, fitas de vídeo VHS, fitas cassete, DVD, CD ROM, livros e outras publicações relativas aos temas tratados pela PFDC, procedendo o inventário periódico;

i) elaborar e acompanhar, em conjunto com outros setores ou unidades, a preparação de material específico para confecção de manuais, cartilhas e demais publicações de interesse da PFDC;

j) atuar em conjunto com as demais Coordenadorias na organização dos eventos promovidos ou apoiados pela PFDC;

k) elaborar relatórios e estatísticas sobre as atividades da Coordenadoria;

e) fazer a revisão gramatical de documentos, quando solicitada;

f) consolidar e editar o relatório anual de atividades da PFDC;

l) interagir com a Secretaria de Gabinete e com as demais Coordenadorias;

m) exercer encargos específicos que lhe forem determinados pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão.

Art. 5º - Compete à Coordenadoria de Assessoramento Multidisciplinar – CAM:

a) analisar expedientes e procedimentos encaminhados pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão e elaborar informações e notas técnicas;

b) atender os cidadãos encaminhados à PFDC;

c) elaborar minutas de ofícios, memorandos e outras que se fizerem necessárias;

d) assessorar a participação de membros do Ministério Público Federal nas reuniões de conselhos e comissões relacionadas aos temas da PFDC.

e) participar de congressos, seminários, fóruns e demais eventos relacionados aos temas de atuação da PFDC;

f) fornecer subsídios às atividades de interação com instituições das várias esferas de governo, demais ramos do Ministério Público da União, organismos internacionais, conselhos e comissões;

g) assessorar na interação com a sociedade civil organizada;

h) assessorar os Grupos de Trabalho instituídos no âmbito da PFDC;

i) programar e participar dos Encontros Nacionais dos Procuradores(as) dos Direitos do Cidadão;

j) interagir com as assessorias de outros setores do MPF;

k) preparar os despachos de homologação de promoções de arquivamento;

l) realizar pesquisas para subsidiar palestras do(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão ou os Grupos de Trabalhos instituídos;

m) comparecer às audiências públicas que tratam de assuntos de interesse da PFDC;

n) acompanhar o andamento de projetos de lei considerados de interesse para o ofício dos direitos do cidadão;

o) elaborar relatórios e estatísticas da Coordenadoria e submeter ao(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão a avaliação da atuação da PFDC;

p) interagir com a Secretaria de Gabinete e com as demais Coordenadorias;

q) exercer encargos específicos que lhe forem determinados pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 6º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo(a) Procurador(a) Federal dos Direitos do Cidadão;

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 3, de 10 de novembro de 2003.

ELA WIECKO V. DE CASTILHO
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão